



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o seu primeiro Estatuto que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960). Em 19 de dezembro de 1960, tomou posse José Rodrigues da Silveira Netto, que ocupou a Reitoria durante oito anos e meio (dez. 1960 a jul. 1969). A primeira reforma estatutária da Universidade aconteceu em setembro de 1963, quando foi publicado o novo Estatuto no Diário Oficial da União. Dois meses após esse fato, a Universidade foi reestruturada pela Lei nº 4.283 de 18 de novembro de 1963 e, nesse período, foram implantados novos cursos e novas atividades básicas com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e, também, o aperfeiçoamento das atividades-fim da Instituição. Uma nova reestruturação da Universidade foi tentada, em 1968, com um Plano apresentado ao Conselho Federal de Educação. Do final do ano de 1968 ao início do ano de 1969, uma série de diplomas legais, destacando-se as Leis nº 5.539/68 e nº 5.540/68, estabeleceu novos critérios para o funcionamento das Universidades. De julho de 1969 a junho de 1973, o Reitor foi Aloysio da Costa Chaves, período em que o Decreto nº 65.880 de

16 de dezembro de 1969, aprovou o novo Plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará. Um dos elementos essenciais desse Plano foi a criação dos Centros, com a extinção das Faculdades existentes e a definição das funções dos Departamentos. Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978. Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma Instituição de Ensino Superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão. É uma das maiores e mais importantes Instituições da Amazônia, composta por uma população de 61.690 pessoas entre Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos. Sua estrutura organizacional é composta de 16 (dezesesseis) Institutos com Faculdades; 11 (onze) Campi do interior do Estado com sedes nas cidades de Abaetetuba, Breves, Cametá, Soure, Castanhal, Bragança, Marabá, Altamira, Salinópolis, Ananindeua e Capanema; 9 (nove) Núcleos de produção e integração de conhecimento. Possui 2 (dois) Hospitais Universitários, 1 (um) Hospital Veterinário e 2 (duas) Clínicas situados na cidade de Belém. Os Hospitais Universitários João de Barros Barreto e Bettina Ferro de Souza são referências para o Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Pará. Tem 1 (um) Sistema de Incubadora de Empresa em parceria com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP); 1 (um) Centro de Capacitação (CAPACIT), responsável pelo planejamento, execução e avaliação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional dos servidores da UFPA em nível estratégico e sistêmico, com capacidade para 200 pessoas; 1 (um) Museu, 1 (uma) Biblioteca Central e 36 (trinta e seis) Bibliotecas Setoriais, sendo 25 (vinte e cinco) localizadas em Belém e 11 (onze) nos Campi do Interior. Segundo dados do Portal UFPA de 2022, a Instituição dispõe de 2.523 docentes; 53.147 discentes e 2.458 servidores/as técnico-administrativos. A UFPA tem como eixos estruturantes e esquematicamente sistemáticos, a missão, a visão e o princípio planejados na lógica de ações socializadoras, transformadoras e produtoras de conhecimento com a expertise na inclusão e formação de cidadãos e cidadãs em nível nacional e internacionalmente. Nesse cenário, tem como missão, segundo o seu Regimento Geral, "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável" (UFPA, 2022, p.14). Sua visão parte da ideia de "ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção

de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade? (UFPA, 2022, p.14). E, como princípios: a) A universalização do conhecimento; b) O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; c) O pluralismo de ideias e de pensamento; d) O ensino público e gratuito; e) A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; f) A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; g) A excelência acadêmica; h) A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio (UFPA, 2022). Esses eixos alicerçam, estrategicamente, a sua organização, que ao longo dos anos tem-se empenhado, sobremaneira, no Ensino da Graduação e da Pós-Graduação e, igualmente esforço, na consolidação de atividades na Pesquisa com significativa produção intelectual neste campo, assim como tem procurado ampliar as atividades de Extensão e de sua integração com o Ensino, tornando-se referência para o desenvolvimento regional, nacional e internacional nesse tripé que sustenta o processo do conhecimento. Nesse cenário, o Ensino Superior tem se destacado por meio da UFPA, especialmente, na ciência da educação como pilar na construção identitária e acadêmica que, a cada ano tem se integrado à sociedade, o que por certo, funda-se em princípios que se constituem como elementos necessários à sua ação educativa. Além dos princípios anteriormente enunciados e das finalidades estabelecidas, a Organização Didático-Científica será promovida na integração entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão por meio: I. Dos Projetos Pedagógicos de Cursos; II. De programas de apoio institucional, parcerias com agentes e agências nacionais e estrangeiras, tendo em vista o desenvolvimento da investigação cultural, científica e tecnológica e seus efeitos educativos; III. Do intercâmbio com instituições para a cooperação em projetos comuns; IV. Da ampla divulgação de resultados dos programas/projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas em suas Unidades Acadêmicas; V. Da realização de congressos, simpósios, fóruns, seminários e jornadas, dentre outros, para estudo e debate de temas culturais, científicos e tecnológicos. Quanto ao Ensino assim estrutura-se: I. Cursos de graduação, abertos a/à candidatos/as com o Ensino Médio concluído ou equivalente; II. Cursos de Pós-graduação compreendendo programas abertos a/à candidatos/as diplomados/as em cursos de graduação; III. Residência mediante regulamentação pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV. Outros cursos nas modalidades de Educação Superior, abertos a/à candidatos/as que atendam aos requisitos estabelecidos pelas normas e pela legislação pertinentes; V. Cursos de Extensão, educação continuada e similar; VI. Educação Básica, para fins experimentais, e cursos técnico-profissionalizantes, abertos a/à candidatos/as que atendam aos requisitos mínimos exigidos pela legislação em vigor. No cenário amazônico e brasileiro, a Universidade Federal do Pará desempenha um papel fundamental como Instituição

produtora, instrumentalizadora e distribuidora de formação e de informação científica e cultural, formando quadros qualificados para a produção, aplicação e difusão de conhecimentos. No que tange à formação de pessoal profissional, cabe destacar que uma parte significativa de servidores/as das instituições públicas e privadas foram e são formados/as pela UFPA, especialmente, na área educacional, inclusive parlamentares, governadores/as, prefeitos municipais, ministros/as de estado, secretários/as de governo, dentre outros/as. Quanto à colaboração para a atuação na iniciativa privada, a contribuição da UFPA se faz presente nas mais diversas áreas do mundo do trabalho. É nesse cenário de Amazônia brasileira que o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena surge, vinculado a Faculdade de História do Campus Universitário de Bragança e, por meio de seu Projeto Pedagógico de Curso, propor uma forma de organizar o trabalho administrativo e pedagógico, no qual atividades de Ensino articularão os componentes curriculares com a Pesquisa e a Extensão para superar dicotomias existentes nos atuais modelos de cursos de graduação; desenvolver de forma interdisciplinar e intercultural as atividades de ensino e aprendizagem, denominadas de Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). A proposta deste Curso se afina com as políticas institucionais da UFPA, a partir de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em que se faz menção à criação de Políticas Públicas inclusivas e sustentabilidade social e ambiental, uma vez que o Curso em tela traz o processo inclusivo e de reparo histórico, sobretudo, por meio da Política de Ações Afirmativas, voltado aos povos indígenas na Região Amazônica, assumindo ações de respeitabilidade às suas culturas e às suas ancestralidades. Nesse sentido, os/as profissionais da UFPA ao tomarem conhecimento do Edital nº 23-2023 de 22 de novembro de 2023, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR-Equidade), decidiram propor o presente Projeto em atendimento às necessidades diagnosticadas há anos junto às comunidades indígenas e em diálogo com as lideranças indígenas e diretores das Escolas Indígenas do estado do Pará. Este Curso procura se adequar à Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A finalidade do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena é identificar, analisar, compreender e intervir nas múltiplas e concretas determinações históricas da sociedade brasileira e Amazônica, na formação de sujeitos históricos, capacitados/as para realizar a ?ponte/mediação? entre a teoria e a prática das relações educacionais e culturais fundamentais ao desenvolvimento sustentável dos povos originários da Amazônia, colaborando para a produção e socialização de conhecimentos e saberes tradicionais no Ensino, na Coordenação Pedagógica e na Gestão Escolar e dos projetos de Políticas Públicas voltadas para os povos e as comunidades indígenas da Amazônia paraense. Resta dizer que, aprender, ensinar e produzir no âmbito da Educação Intercultural Indígena, certamente, constitui a ação didático-pedagógica e científica, por meio da qual alunos/as e professores/as vivenciam a experiência dialética de ampliar a capacidade de compreensão da sociedade da qual fazem parte. É o exercício político da ação educativa que possibilita a crítica dos processos sociais , num processo que capacita/qualifica/instrumentaliza os atores nela envolvidos/as a se tornarem sujeitos históricos de seu próprio existir, na qual é indispensável analisar, compreender, ler e interpretar o mundo e suas representações sociais e simbólicas para reinventá-lo em um outro mundo possível, centrado em um processo de humanização e cidadania real entre homem e natureza, diferentemente deste onde a vida social encontra-se conflagrada pela guerra, tensões sociais e intolerância. Um curso de Licenciatura Intercultural Indígena, em um país como o Brasil e em uma região como a Amazônia, para ser socialmente relevante e educacionalmente pertinente deverá oferecer uma seleção de componentes curriculares que corresponda às peculiaridades e diversidades dos povos e comunidades que habitam os espaços amazônicos. E, ainda, possibilitar uma familiaridade ao/à estudante: primeiramente, com os principais paradigmas, autores/as e sistemas teóricos do campo de estudo, melhorando sua reflexão e atuação nos cenários em que esteja inserido/a; segundo, familiaridade com algumas das temáticas que norteiam as discussões teóricas na atualidade em nível local, regional, nacional e mundial, sem deixar de contextualizá-lo com os saberes secularmente acumulados, relacionando-os com alguns dos problemas mais específicos - educacional, cultural e socioambiental de seu contexto social, particularmente do Brasil e da Amazônia paraense; terceiro, familiaridade, com as metodologias de análise dos fenômenos ambientais e de sustentabilidade que norteiam o modo de ser, pensar e agir desses sujeitos sociais que habitam, sobretudo, as diversas Amazônias do estado do Pará. O Campus Universitário de Bragança, Instituição com mais de trinta anos de existência no nordeste do Pará tem contribuído, significativamente, com a formação de profissionais para atuação no Magistério da Educação Básica e do Ensino Superior, assim como noutros espaços não escolares. Os cursos de Graduação do referido

Campus têm em sua constituição Licenciaturas em História, Pedagogia, Matemática, Letras - Língua Portuguesa, Letras - Língua Inglesa, Ciências Biológicas, Ciências Naturais e Bacharelado em Engenharia de Pesca. Ademais, o Campus possui Cursos de Pós-Graduação em Mestrado Acadêmico em Linguagens e Saberes da Amazônia, Biologia Ambiental (Mestrado e Doutorado) e Mestrado Profissional em Ensino da Matemática (PROFMAT) e uma turma flexibilizada de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU). A Faculdade de História, onde o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será integrado, tem conseguido desenvolver o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão configurada em parceria e projetos em diferentes áreas: Educação Escolar indígena com orientações e participação no Programa de Pós-Graduação de Educação Escolar Indígena (PPGEEI) em nível de Mestrado Profissional, por meio do consórcio entre as Universidades Estadual do Pará (UEPA), a Universidade do Oeste Paraense (UFOPA) e a Universidade do Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), por meio do qual se realizou o inventário da Marujada de São Benedito da Região Bragantina, no que se identificou a celebração e os bens culturais dessa festividade; Pesquisas e Projetos de Extensão com povos indígenas por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará e Maranhão (GEIPAM). O comprometimento do corpo docente da Faculdade de História (FAHIST) pode ser assinalado através dos Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão desenvolvidos no Campus de Bragança e nos demais Campi da UFPA e nas produções acadêmicas e didático-pedagógicas deles resultantes, sem contar as dissertações que foram orientadas aos/às discentes da Pós-graduação na temática indígena. Parte dessas produções, sobretudo no campo do Ensino, tem dimensão estratégica para a afirmação de direitos e diálogo com as demandas dos povos indígenas, mas também para um perfil formativo dos/as alunos/as voltado às Ações Afirmativas, aspecto importante para mitigar as desigualdades sociais e culturais, enfrentar o racismo e fortalecer os saberes e as identidades desses povos. A produção do conhecimento com a participação dos povos indígenas, da forma como vem ocorrendo no Campus Universitário de Bragança da UFPA/FAHIST, tem possibilitado importantes avanços do ponto de vista teórico e metodológico no ensino de Graduação e Pós-graduação. As vivências de professores/as e alunos/as nas aldeias e dos povos indígenas no cenário de práticas no Campus têm oportunizado reflexões e mudanças no perfil dos cursos ofertados na Unidade. Da mesma forma, na formação de professores/as e na produção de conhecimento, uma vez que a experiência de campo dos/as discentes implica em novas epistemologias (alinhadas ao pensamento decolonial e às perspectivas nativas) e, em maior diálogo com os/as intelectuais indígenas e com suas formas de ensinar e aprender, e exige maior esforço do corpo docente

em adequar a linguagem acadêmica (positivista e eurocentrada, em sua maioria) às dimensões simbólicas da cosmogonia indígena. O Curso ampliará e fortalecerá o diálogo construído no decorrer dos anos entre professores/as do Campus Universitário de Bragança com profissionais da Educação Básica que atuam nas redes públicas Estadual e Municipal de ensino, nas entidades da sociedade civil organizada, nos movimentos sociais, nas instituições governamentais e não-governamentais da região do Nordeste paraense. A elaboração deste Projeto Pedagógico e criação deste Curso vem ao encontro, também, da necessidade de a Universidade Federal do Pará contemplar na sua pauta formativa, cursos que tenham perfis e características próximas às demandas de povos originários e comunidades indígenas da Amazônia. É certo que existem iniciativas da Universidade e de outras IES do Estado para propor cursos de Graduação voltados para povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos cursos de Etnodesenvolvimento (Campus Universitário de Altamira) e Licenciatura em Educação do Campo (Campus Universitário de Abaetetuba, Cametá e Altamira), todos na UFPA, e o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na UEPA, no qual docentes da UFPA são colaboradores/as. Em certa medida, estas propostas atendem a um público determinado pelo Decreto n. 6.040/2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que preceitua que "povos e comunidades tradicionais são grupos diferenciados culturalmente, com organização social própria, ocupando e utilizando territórios e recursos naturais como garantia para sua ampla reprodução, em vários aspectos" (Brasil, 2007, p.01). A formação de professores/as para atuar na Educação Escolar Indígena, por outro lado, atende à recomendação que já se faz presente nos textos constitucionais de 1988 (Brasil, 1988), fruto do movimento indígena que a partir da década de 1970 toma a cena política nacional para reivindicar a autodeterminação dos povos e, por meio de diversas articulações, obtém nas declarações das Organizações das Nações Unidas, as recomendações aos Estados Nacionais acerca dos princípios da tolerância e do multiculturalismo étnico, expressos nas convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde a Conferência de Barbados, em 1971, marco histórico da ruptura assimilacionista, os Estados Nacionais passaram a se denominarem estados multiétnicos, consagrando aos povos indígenas, o direito à autogestão e à livre escolha de alternativas sociais e culturais. É a força política do movimento indígena que possibilita, a partir da década de 1990, que a Educação Escolar Indígena alcance mudança de lei no Brasil e, em 1991, por meio do Decreto Presidencial nº 26 de 04 de fevereiro de 1991, foi atribuído ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a competência de integrá-la aos sistemas de ensino regulares, coordenando as diretrizes para ações dessa modalidade no

âmbito das escolas. A partir de então, todas as atividades desenvolvidas pelos estados e municípios teriam de seguir essas diretrizes estabelecidas pelo Ministério. É, no entanto, com a Portaria Interministerial MJ e MEC nº 559/1991 (BRASIL, 1991) que se garantem os instrumentos legais para a criação de uma educação diferenciada nas aldeias. Por meio de tais mecanismos esperava-se que as escolas indígenas deixassem de ser instrumento de imposição de valores e normas culturais da sociedade nacional e assumissem lugar estratégico de produção de conhecimento, pautado no senso coletivo e nos interesses de cada grupo étnico, buscando as especificidades culturais conforme expressa o artigo 1º do referido Documento, que em seus termos menciona: "(Cabe) garantir às comunidades indígenas uma educação escolar básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, língua, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais" (Brasil, 199, p.01). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996) em complemento à legislação educacional e à Constituição de 1988, que estabelece em dois artigos a ênfase à questão da Educação Escolar Indígena reconhece a especificidade cultural nos processos educativos dos povos indígenas. As "Disposições Gerais" e o art. 79º definem e orientam os estados e municípios a desenvolverem a Educação Escolar Bilíngue e Intercultural aos povos indígenas, possibilitando a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências. Enfatizando que a União apoiará técnica e financeiramente os Sistemas de Ensino no provimento da Educação Intercultural às comunidades indígenas; o artigo recomenda, ainda, o fortalecimento de práticas socioculturais e a inserção da língua materna de cada povo no ensino regular, além de destacar a necessidade de manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas e elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado. Além do mais, ao estabelecer no âmbito da Educação Básica a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprova a Resolução nº 03/CNE/CEB de 10 de novembro de 1999 (Brasil, 1999), que reconhece a condição das Escolas Indígenas com normas e ordenamentos jurídicos próprios e fixa as Diretrizes Curriculares do Ensino Intercultural e Bilíngue, visando a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. No ano de 2009, o Governo Federal instaurou novas diretrizes na Educação Escolar Indígena, por meio do Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009 (BRASIL, 2009) e criou os Territórios Etnoeducacionais (TEEs) para aliar a questão educacional à questão territorial, afirmando que: "A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e

respeitando suas necessidades e especificidades (BRASIL, 2009, p. 01). Ainda que, todos esses passos e marcos legais tenham sido importantes, a Educação Escolar Indígena está longe de expressar as diversas e diferentes formas de conceber a educação por esses povos. Constituídos e organizados de forma diversa, eles têm diferentes perspectivas de educação entre si, expressos em múltiplas linguagens e modos de fazer o processo de aprendizagem em inúmeras territorialidades. É difícil compreender o universo indígena sem buscar o distanciamento necessário do mundo não indígena, por isso é fundamental que este Curso seja mediado por professores/as que estabeleçam o diálogo mediador com esse universo. O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena atende, exclusivamente, as comunidades e os povos indígenas e, em perspectiva horizontalizada, compreendendo as especificidades culturais e cosmológicas de cada povo, considerando o diálogo e as vivências em outros territórios, povos e comunidades, garantindo o caráter plurilíngue e a diversidade dos povos. O resultado disso é que a perspectiva da Educação Intercultural amplia para o designativo de povos e comunidades tradicionais, conforme o Decreto n. 6.040/2007, devendo atender particularidades culturais indígenas em diálogo com outras culturas, pois a "educação intercultural preceitua atitudes adequadas à diversidade cultural, com capacidade de interação social e de interação entre pessoas de culturas diferentes" (Brandão, 2014, p. 11). É uma concepção de educação que não se aplica apenas à educação escolar, mas também na vida familiar e comunitária, nas atividades laborais e de lazer, seja em grupos majoritários e hegemônicos, seja em grupos minoritários e subalternos, sempre contemplando uma educação para a cidadania e o Bem Viver, mediante a observação da maneira como interagimos com outras culturas e grupos sociais. Por isso que, ao tratarmos de interculturalidade, queremos atentar para o seu caráter crítico "questionar diferenças e desigualdades entre grupos sociais e etnias, propor a diversidade, a igualdade de direitos e a democracia entre as sociedades" antes que seu caráter meramente funcional "a assimilação dos grupos à hegemonia e ao estado nacional. E, também a modelos sociopolíticos atuantes que simplesmente mascaram e diminuem as tensões e os conflitos em nome da coesão social, sem afetar as estruturas e relações de poder vigentes. Dessa feita, clamamos por uma interculturalidade para todos/as os/as agentes sociais, não somente para uns/umas, com recorte mais etnicorracial. Diversamente, a proposta de Educação Intercultural deve contemplar amplos recortes que proporcionem a convivência entre diversas culturas, sociedades e grupos sociais, em perspectiva de realçar territorialidades, relações etnicorraciais, modelos de produção e reprodução da vida, religiosidades e espacialidades, mediante o estudo e a inclusão de perfis antrópicos e perspectivas socioantropológicas diversas e diferentes. Por certo, o desafio é posto neste contexto da interculturalidade, mas

para o acompanhamento de planejamento, execução e avaliação é que se conta com toda uma estrutura administrativo-acadêmica da UFPA, do Campus Universitário de Bragança e da Faculdade de História com as demais Faculdades. Salienta-se que a condução e a avaliação do Curso serão feitas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) para o Curso. A oferta desse curso, apesar de já existir formação similar ofertada pela UEPA, ainda se faz necessário, conforme apontam os dados INEP da Educação Escolar Indígena no Estado do Pará, ampliá-lo. O estado do Pará tem o total de 9.651 escolas públicas, com 1.915.773 estudantes matriculados/as; o número de escolas indígenas é de 314, o que representa 3% do total de escolas do Estado e tem 19.109 estudantes matriculados/as. Observa-se uma redução no número de escolas indígenas conforme a etapa de ensino. Das 314 escolas, 75% oferecem Educação Infantil, 98% oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 83% oferecem Anos Finais do Ensino Fundamental. No entanto, apenas 7% têm oferta de Ensino Médio. Há 22 escolas estaduais indígenas que oferecem o Ensino Médio, localizadas em Bom Jesus do Tocantins (11 escolas), Capitão Poço (10 escolas) e Cumaru do Norte (1 escola). É importante apontar que a oferta de Ensino Médio nas Escolas Indígenas é maior do que a registrada no Censo Escolar INEP, por ocorrer por meio do Sistema Modular de Ensino (SOME), vinculado a uma escola urbana e não indígena. Em 2022, a SEDUC-PA atendia 80 aldeias indígenas com o SOME e 2 aldeias com Ensino Médio regular. No que se refere à dependência administrativa das Escolas Indígenas no Estado do Pará, 291 instituições estão sob a responsabilidade dos municípios e 22 escolas sob a responsabilidade do Governo Estadual. Na esfera municipal são 38 municípios do Estado que possuem Escolas Indígenas: Altamira, Ananindeua, Aurora do Pará, Aveiro, Bannach, Belterra, Brejo Grande do Araguaia, Capitão Poço, Cumaru do Norte, Faro, Garrafão do Norte, Goinésia do Pará, Ipixuna do Pará, Itaituba, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Moju, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Novo Repartimento, Oriximiná, Ourilândia do Norte, Paragominas, Paraupébas, Pau D'Arco, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Santarém, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Senador José Porfírio, Tomé-Açu, Tucuruí e Vitória do Xingu. O Censo Escolar do INEP de 2022 registrou 2.068 docentes nas escolas indígenas no Estado do Pará, destes, 370 atuam na Educação Infantil, 457 atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1.566 docentes atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 221 são docentes atuantes no Ensino Médio.

A discussão para a construção e concepção do Curso com as lideranças indígenas e diretores das escolas do estado do Pará, durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, em amplo debate com eles, apontou muitos desafios na formação dos professores indígenas,

destacadamente a necessidade de abordagem dos componentes currículos nas línguas indígenas e a importância de se pensar a educação e gestão territorializada da escola, com projeto pedagógico específico para as diferentes realidades dos territórios indígenas.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A Coordenação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será constituída por um(a) Diretor(a), um(a) Vice-diretor(a) e um(a) Coordenador(a) de Curso para a gestão da Subunidade em matéria acadêmica, administrativa e financeira.

Compõem as atribuições do(a) Diretor(a):

- ? Estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas e supervisionar sua execução em consonância com o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA e Regimento Interno da Faculdade;
- ? Elaborar o Regimento da Faculdade ou suas modificações e submetê-las à apreciação do seu Conselho;
- ? Emitir Resoluções e Portarias decorrentes de decisões do Conselho da Faculdade;
- ? Encaminhar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a proposta de criação e de funcionamento e/ou desativação de Programas de Graduação, Pós-graduação e de Extensão;
- ? Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o número de vagas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena;
- ? Deliberar sobre as atividades de pesquisa e de interação com a sociedade a serem desenvolvidas no âmbito da Faculdade;
- ? Encaminhar ao Conselho da Faculdade, a escolha de membros de comissões julgadoras que atuarão nos concursos públicos, para provimento dos cargos da carreira do magistério;
- ? Representar a Faculdade em quaisquer atos públicos ou nas suas relações com outros órgãos da administração pública, instituições acadêmicas, profissionais e científicas;
- ? Encaminhar ao Conselho da Faculdade a indicação da Comissão Eleitoral para o processo de escolha do(a) Diretor(a) e do(a) Vice-Diretor(a);
- ? Apresentar o Plano de Gestão da Diretoria, no prazo de até 30 (trinta) dias após a posse, ao Conselho da Faculdade;
- ? Propor ao Conselho da Faculdade, o orçamento da Faculdade no contexto do orçamento da Universidade, para aprovação;
- ? Propor ao Conselho da Faculdade aprovação, quando houver propostas, de convênios e

contratos da Subunidade com outras instituições de direito público ou privado;

? Promover, permanentemente com o NDE da Faculdade, a atualização do PPC e matriz curricular do curso de Licenciatura Intercultural Indígena;

? Acompanhar as atividades dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos da Subunidade Acadêmica;

? Submeter os casos omissos do Regimento da Faculdade e Ad Referendum ao Conselho da Faculdade, submetendo seu ato à ratificação deste no prazo máximo de até 10 (dez) dias;

? Ao final de cada período letivo, em data prevista no Calendário Acadêmico, devem ser elaboradas as listas de oferta de componentes curriculares de acordo com as demandas identificadas e em consonância com o fluxograma contido no Projeto Pedagógico do Curso. Para efetivar o Planejamento Acadêmico, deve usando a planilha sugerida pelo CIAC, informar o código dos componentes curriculares e o número de vagas necessárias;

? Deverá prestar atenção especial nas matrículas dos alunos concluintes para garantir que eles possam colar grau ao final do período;

? Inscrever os alunos em data estabelecida pelo INEP/MEC no Exame Nacional de Desempenho (ENADE);

? Receber e acompanhar as Comissões de Avaliação do INEP no processo de reconhecimento/recredenciamento do Curso;

? Realização sistemática de reuniões com os representantes estudantis;

? Realização de avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo;

? Avaliação sistemática do Projeto Pedagógico do Curso como um todo com a participação dos segmentos envolvidos no processo, tanto do âmbito interno como externo, com registro formal dos resultados obtidos;

? Revisão sistemática dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo Curso;

? Desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo e aquelas que lhe conferem a lei, o Estatuto e o Regimento da UFPA.

? O mandato terá a duração de 2 (dois) anos, podendo ter somente uma recondução.

Para que se conheça os problemas e se elabore estratégias de mudanças para o bom desempenho acadêmicos dos alunos, destacando os avanços conquistados com o passar do tempo, o Curso promoverá avaliação contínua das atividades acadêmicas. A avaliação deve ocorrer a cada período, a fim de possibilitar à gestão do Curso aprimorar os processos de aprendizagem dos alunos.

Assim, os resultados alcançados e os desafios a serem superados devem ser apresentados,

debatidos e encaminhados em reunião do Conselho da Faculdade, a cada período letivo, com a presença dos representantes discentes e docentes. De igual maneira, os alunos e professores serão incentivados a exercerem a autoavaliação de suas atividades acadêmicas, com registro no SIGAA, a fim de aprimorarem suas atividades acadêmicas.

Para realizar a avaliação e autoavaliação do Curso será criada uma Comissão composta pelas lideranças indígenas, gestores das escolas, representantes discentes, Coordenação e Vice Coordenação do Curso que acompanharão as atividades acadêmicas, o planejamento, a organização e implementação do Curso.

A avaliação coletiva contribuirá para as ações e reflexões necessárias à construção do aprimoramento acadêmico, de forma que o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe, técnica, alunos, pais e comunidade permitirão que o desempenho acadêmico dos alunos possa alcançar patamares exitosos.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

? Substituir o(a) Diretor(a) em caso de falta ou impedimento;

? Representar o(a) Diretor(a) quando designado(as);

? Colaborar com o/a Diretor/a na coordenação das atividades acadêmicas e administrativas e desempenhar as funções que lhe forem designadas pelo/a Diretor/a e/ou Conselho da Faculdade.

? Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Para exercer a função de Diretor(a) e Vice-diretor(a) é necessário:

? Pertencer ao quadro efetivo dos(as) professores(as) lotados(as) na Subunidade Acadêmica, no pleno exercício da função.

? Ser eleito pelo Conselho da Faculdade.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

Compõem as atribuições do(a) Coordenador(a) do Curso:

? Administrar demandas relacionadas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso;

? Contribuir para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino no que diz respeito ao planejamento, à execução, ao acompanhamento e à avaliação deste;

- ? Garantir o princípio institucional da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do Curso;
- ? Acolher e administrar demandas do corpo docente, discente, da Direção da Faculdade e relacionadas ao patrimônio;
- ? Administrar situações relacionadas às infrações e aos sinistros;
- ? Elaborar, para o respectivo período letivo, o calendário e o cronograma das atividades relativas ao período do Curso, atendendo às especificidades do período e do respectivo Projeto Pedagógico;
- ? Exercer, no âmbito de sua competência, medidas necessárias ao cumprimento das Orientações de Funcionamento das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

D. COLEGIADO DO CURSO

Constituído pelos docentes em sua totalidade, por técnicos administrativos e por representante de líder (eleitos por seus pares) de cada turma do Curso ? que será normatizado por aprovação no Conselho Deliberativo do Campus de Bragança e, posteriormente, por portaria. O colegiado se reunirá mensalmente (uma vez por mês), podendo, extraordinariamente, reunir-se para deliberar pautas de interesse do Curso.

Para realizar a avaliação e autoavaliação do curso será criada uma comissão composta pelas lideranças indígenas, gestores das escolas, representantes discentes, Coordenação e Vice Coordenação do Curso que acompanharão as atividades acadêmicas, o planejamento, a organização e implementação do Curso.

As atribuições do Colegiado serão: deliberar sobre a oferta de disciplinas com suas respectivas cargas horárias e lotação de docentes; deliberar sobre atividades acadêmicas no Tempo Comunidade e tempo Universidade.

O Conselho é a instância máxima da Faculdade, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, regido por regimento específico.

- Compõem o Conselho da Faculdade de História:

- ? Diretor(a), como seu Presidente;
- ? Vice-Diretor(a);
- ? Todos os docentes vinculados por meio de atividades de ensino constantes no Projeto Pedagógico do Curso;
- ? Representante dos técnico-administrativos na quantidade de 1/6 dos docentes com direito a voto;

- ? Os representantes dos discentes, na proporção de um sexto (1/6) do número de docentes com direito a voto, garantida a representação de pelo menos um membro deste segmento.
- ? O Conselho da Faculdade reunir-se-á mensalmente, em reuniões ordinárias, e extraordinariamente sempre que necessário.
- ? As reuniões extraordinárias serão convocadas pela Direção da Faculdade ou seu substituto, em exercício ou, ainda, pela metade mais um dos seus membros nos moldes dos § 1º, 2º e 3º do Art. 41 do Regimento Geral da UFPA.
- ? A frequência dos conselheiros às reuniões será registrada pela Secretaria da Faculdade.
- ? As reuniões ordinárias do Conselho terão prioridade sobre quaisquer outras atividades acadêmicas e/ou administrativas.
- ? Além de aprovações, autorizações, homologações e outros atos que se completem em anotações, despachos e comunicações da Secretaria, as decisões do Conselho poderão, de acordo com a sua natureza, assumir forma de resoluções a serem baixadas pela Direção da Faculdade ou seu substituto em exercício.
- ? As reuniões do Conselho poderão ser instaladas com a presença de, pelo menos, um terço (1/3) de seus membros e, com esse número, terão prosseguimento os trabalhos, excluída a parte relativa à ordem do dia.
- ? De cada reunião do Conselho será lavrada Ata, a qual será distribuída juntamente com a convocação da reunião seguinte, para apreciação e, após sua aprovação, assinada pela Direção da Faculdade e pelos membros presentes à reunião.
- ? Manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da Faculdade, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua realização se dê em observância às normas pertinentes;
- ? Decidir questões referentes à matrícula, opção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecidas a legislação e as normas pertinentes;
- ? Elaborar e aprovar normas complementares às estabelecidas pela administração superior e pelo Conselho do Campus;
- ? Avaliar e deliberar sobre as normas complementares estabelecidas pelos órgãos acadêmico-administrativos;
- ? Deliberar sobre o número de vagas a serem oferecidas nos processos seletivos para a Faculdade;
- ? Apreciar e aprovar os procedimentos de avaliação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena;

- ? Instituir a Comissão Eleitoral destinada à realização das eleições para a Direção e Vice-direção da Faculdade, avaliando e aprovando seus trabalhos;
- ? Propor, motivadamente, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Diretor e do Vice-Diretor da Faculdade;
- ? Zelar pela regularidade e qualidade das atividades docentes;
- ? Aprovar o plano de ofertas de disciplinas a cada período letivo.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

De acordo com a Resolução CONAES nº 01/2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante - NDE e dá outras providências em âmbito nacional, o NDE estrutura-se como um grupo permanente de docentes, com atribuições pedagógicas e acadêmicas de acompanhamento do Curso. Nesse sentido, suas atribuições principais são conceber o curso, consolidá-lo e atualizar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso. Entre as outras atribuições do NDE, constam:

- I) elaborar, desenvolver, implementar e propor alterações no PPC para apreciação e aprovação do Colegiado do Curso, e demais encaminhamentos a instâncias superiores da UFPA;
- II) zelar pela diversidade e especificidade do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, por meio do cumprimento das resoluções da Educação Escolar Indígena continuada, o que, de forma diferenciada, permite atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior;
- III) garantir a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, articulando-as às demandas específicas e diferenciadas das comunidades indígenas atendidas pelo Curso;
- IV) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da Licenciatura Intercultural Indígena, de exigências da organização social, econômica, cultural e linguística, afinadas com os saberes tradicionais e com as políticas públicas relativas à Educação Escolar Indígena;
- V) avaliar, regularmente, a adequação do perfil profissional do ingresso e do egresso do Curso, considerando-se as especificidades da formação continuada de professores indígenas;
- VI) propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, objetivando ajustes a partir dos resultados obtidos por meio da autoavaliação;

VII) atender às demandas oriundas do relatório de avaliação externa do Ministério da Educação, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante atual deste Curso é composto por 5 docentes efetivos com regime de tempo integral, sendo que todos são doutores. A presidência do NDE é da Coordenação do Curso que, juntamente com os demais membros, atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Licenciatura Intercultural Indígena

Local de Oferta: Faculdade de História/Campus Universitário de Bragança

Endereço de Oferta: Alameda Leandro Ribeiro, s/n.

Bairro: Aldeia

CEP: 68600000

Número: 0

Complemento:

Cidade: Bragança

Forma de Ingresso: Plataforma Freire / MEC

Número de Vagas Anuais: 80

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciatura Intercultural Indígena

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3205 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3846 hora(s)

Período Letivo: Intensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular

Reoferta: ocorrerá nas entre etapas dos períodos.

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

Os princípios éticos estão fundamentados à luz dos saberes dos povos indígenas e agentes sociais envolvidos nas políticas públicas dos movimentos sociais indígenas, na qual prevalecem os valores e as relações com outros seres não humanos e a floresta, conseqüentemente, a cultura se constrói nessa relação respeitosa de convívio com outros seres. Essas relações ser humano-floresta-território, indissociáveis do fazer docente, devem estar cada vez mais presentes como referências de ensino e de aprendizagem na academia. Não se trata mais apenas de levar os/as aprendentes/aprendizes a se apropriarem de regras teórico-científicas e didático-metodológicas, mas também de estabelecer relação dialógica entre saberes, o científico e o ancestral, tão importante para os valores atuais em nossa sociedade que se separou do mundo sensível, qualidades imprescindíveis para se perceber as diferentes vidas no planeta, das quais depende o futuro da humanidade e das sociedades. Nesse percurso, diz-se que o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de direitos do pensar e do dialogar sejam alimentados por uma prática democrática, justa, inclusiva para promoção e emancipação dos grupos sociais. É fundamentada em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. As Diretrizes Orientadoras para este Projeto Pedagógico de Curso estão assentadas em cinco princípios: Educação Territorizada, Saberes Ancestrais, Intersaberes, Modos de Fazer e Educação dos Sentidos. Justificam-se estes princípios a partir do reconhecimento de que a epistemologia indígena se constrói na relação com os territórios e com os demais seres que os compõem, constituindo diversos sistemas complexos que organizam essas sociedades, dão sentido ao mundo, às suas existências e conformam suas inter criações simbólicas. Logo, as culturas e as linguagens como suas mais imediatas realizações, determinam formas de ver, sentir, expressar, atuar e avaliar a relação com o mundo, em interação entre humanos/as e não-humanos/as, mediante ciclos sociais e temporalidades diversas, moldando os sentidos em processos perceptivos e formativos do mundo (Educação dos Sentidos), que constituem os sujeitos e suas identidades. Compreende-se que a constituição dos/as indígenas ocorre por um processo de fabricação dos corpos, não exatamente por determinação biológica, mas através da relação com o outro (visível e não visível). Isso significa dizer que é preciso construir estratégias de convivência diária, produzir de forma constante os corpos, fazer parentes/as e buscar diferenciar-se do/a outro/a desde quando se nasce até o fim da vida. Por essa razão, o mundo indígena é imerso em variados rituais que marcam passagens,

posicionam os sujeitos, estabelecem alianças, conflitos, regras de comportamento, mas, sobretudo, constroem humanidades, pois na sua perspectiva a humanidade não é algo dado, mas posição que se deve lutar e buscar o tempo todo para se constituir como pessoa. O fazer educativo não pode ser pensado fora desse universo e sem o protagonismo desses povos. São eles, com suas perspectivas e olhares, que podem direcionar o processo de aprendizagem e posicionar o/a professor/a na mediação dos diferentes seres do cosmo, mas também sobre as diversas linguagens que envolvem o corpo, o xamanismo, os mitos (entendidos por eles/as como sua própria história), os cantos, as danças e suas relações com as territorialidades. Sem se colocar nesse lugar de mediador/a, o/a professor/a na escola indígena não tem papel de educador/a, nem a Educação Escolar Indígena se constituirá diferenciada. Nessa perspectiva, a relevância na produção de material educativo para este fim é opção acertada, a qual implicará na tradução dessas diferentes linguagens e desses sistemas de pensamento expressos no fazer cotidiano das diferentes e complexas humanidades indígenas. Somente, assim, a interculturalidade pode assumir a atitude positiva de diversidade cultural como princípio de orientação, individual, social e cultural, constituinte de um projeto educativo inclusivo e dialógico, valorativo de saberes oriundos dos mais diferentes grupos culturais, bem como de distintas epistemologias (Intersaberes). A Educação Territorizada, como princípio de referência desse Curso, expressa a particularidade do processo educativo indígena, pois não se trata de fechar o/a aluno/a entre as quatro paredes de uma sala de aula e repassar conteúdos, mas ampliar sua experiência para a convivência com os/as guardiões/ãs da ancestralidade. Nesse sentido, é que se reporta ao povo guarani e à fala de Eliel Benites (2021) para entendermos como o território assume função estratégica na educação indígena; território significa ?Tekoha?, lugar da vida, da existência, lugar dos donos, dos que mantêm todas as energias da vida, espaço criador. Tekoha pode ser traduzido como espaço-tempo, o que para os/as brancos/as pode ser pensado como território. O território, no sentido Guarani, é o lugar do conhecimento onde se produz a língua, as formas de comunicação, onde está impresso o jeito de ser e viver dos/as guardiões/ãs. A defesa da terra, como dizem, é importante porque ela não é somente o solo; a terra está no solo, no ar, no céu, é a esfera da vida, lugar das forças dos/as guardiões/ãs. Os/As guaranis acreditam que o Tekoha se aproxima do modo de ser dos/as guardiões/ãs e isso é o território, lugar que se produz uma vida perfeita em direção às divindades e aos seres guardiões/ãs. Tânia Stolze Lima (2021) entende que o território para os povos indígenas é do tamanho do mundo, sendo coextensivo ao universo e, portanto, carregado de sentido, proposição ontológica, poderosa, que leva a pensar outras dimensões que produzem o deslocamento do corpo e dos territórios, já que para os povos indígenas ocorrem a interiorização do território pelo corpo e expressa na

memória deste; sendo corpo e memória instâncias inseparáveis. A configuração topológica complexa do corpo contém em seu interior uma paisagem, expressão da memória, capaz de fazer lembrar que a terra é vida como percebem os/as guaranis e outros povos. Ao trazer o debate sobre o Tekoha, sinalizado por Eliel Benites (2021), pensa-se no deslocamento da Educação Intercultural Indígena na interação com o território e não apenas na educação para agregar o conhecimento produzido na escola. É como nos ensina Célia Xakriabá (2018, p. 167) ao associar o fazer epistemológico indígena ao calendário sociocultural, sendo ele quem orienta a produção do conhecimento justamente porque para o povo Xakriabá, têm ?inequivocamente territórios corporificados, marcados por suas ancestralidades, que vêm de muito longe, da força de nossa oralidade, cantos e formas que nomeamos as coisas e enxergamos um mundo partilhado?. Nesse sentido, a educação territorializada para os povos indígenas se atualiza na memória, nos corpos-territórios atravessados de experiências, afetos e interações com múltiplos seres, sejam os visíveis e não visíveis, os/as humanos/as e não humanos/as, constituindo em um ?pluriverso? de seres em interações tomados em suas multiplicidades. Sendo, portanto, a escola: ?Lugar de construção de alianças, entre nós indígenas, mas também com nossos aliados não indígenas, entendo que a nossa escola Xakriabá se constrói sob um fazer epistemológico que visa nos construir como corpo-território em permanente processo de (re)territorialização, portanto, abertos a uma historicidade que deve ser reativada pelas memórias que nos ensinam não só sobre o passado, mas também sobre o nosso presente e o futuro em que continuaremos a ser corpo (re)territorializando? (Célia Xakriabá, 2018, p. 168). É, nesse sentido, que outro princípio norteador do Curso se assenta no saber ancestral e nos intersaberes, sendo a escola para os povos indígenas espaço da multiplicidade, da convivência com diversos seres, do corpo-território; ela deve possibilitar a atualização da memória como elemento essencial que possibilita o trânsito do tempo, categoria importante para entendermos que as territorialidades ultrapassam as fronteiras do espaço, da fixidez e da linearidade do tempo cartesiano, e produzidas na interseção de mundos, sendo a educação expressão das experiências do fazer e tecidas nessas redes inter seres que produzem corpos e sujeitos. Assim, torna-se importante na formação docente esse diálogo com os universos indígenas, suas vivências, seus saberes, seus modos de fazer e seu tecer o mundo. A perspectiva de educação conduzida por este Curso prescinde de um olhar sensível ao mundo dos sentidos indígenas, pautados na pedagogia dos intersaberes e na educação dos sentidos, tal qual nos aponta Gersem Baniwa (2017), que os compreende como interligados ao modo de ser indígena em suas relações com outros seres (das florestas, dos rios, da constelação celestial, do mundo subaquático) e com outros povos, sendo o processo de ensinar e aprender pautado

na intercomunicabilidade com o mundo invisível presente nas narrativas ancestrais, nos cantos, nas pinturas, nos artefatos, no fazer das roças, nos alimentos, nos remédios. É a possibilidade intercomunicacional com esse conjunto de corpos (seres) que, na perspectiva indígena, possibilita o processo pedagógico transgeracional e inter científico. Compreende-se, portanto, que o modo de fazer e o modo de sentir indígena devam ser princípios indissociáveis da forma como esses povos compreendem e se posicionam no mundo, sendo o fazer pedagógico tecido na prática cotidiana da aldeia. É no modo de pescar, caçar, tecer o artefato, fazer as festas e rituais que o ato de ensinar deve ser pensado, já que é por meio desses fazeres que a noção de tempo, espaço, relações sociais, políticas e culturais são construídas. Assim, pensar a Educação Intercultural Indígena pressupõe entender os sentidos simbólicos desses atos, enquanto linguagens que comunicam relações sociais e produzem a vida. Por isso, entender a língua e a linguagem e suas diferentes construções nas danças, nos cantos, nos rituais e no fazer cotidiano nos permitem entender a ordem do pensamento e como diferentes operações mentais situam os homens no mundo e seus sentidos culturais. No campo das ciências é necessário efetuar uma religação de saberes, razão que incorpora os saberes do cotidiano de diferentes sujeitos e culturas e possibilita reconhecer a realidade simbólica da vida cotidiana, de uma proposta paradigmática que põe em discussão o processo de construção do conhecimento da sociedade. Neste PPC a interculturalidade assume desafio epistemológico que questiona grande parte da lógica do etnocentrismo ocidental, hegemônica e dominante que descaracteriza a construção cultural divorciada da natureza e dos contextos ecológicos, históricos e culturais. As conexões entre oposições são superadas pelo desvelamento de múltiplos mundos, em que os sujeitos se relacionam de forma horizontal com a naturezas sem oposições binárias, sujeito versus objeto, natureza versus cultura, oposições estas identificadas nas contradições estabelecidas da sociedade capitalista. Daí a necessidade de a interculturalidade descobrir a dimensão epistemológica das singularidades com a universalidade, sem perder de vista a visão totalizadora e complexa dos contextos socioculturais (OLIVEIRA, 2015). Para Fleuri (2006) apud Oliveira (2015, p. 65), estas distinções entre igualdade e diferença são marcadas na forma de oposição, que conduz um processo de inclusão e exclusão de um determinado grupo social, todavia, entendemos que ?a interculturalidade, a epistemologia complexa (sistêmica, global, ecológica), como uma epistemologia da conexão?, que se constitui pelo diálogo de um ser humano biológico e completamente cultural. As bases epistemológicas da interculturalidade são constituídas pelos 1) Ciclos Socioantropológicos e Temporalidades; 2) Educação dos Sentidos; 3) Pesquisa-ação Colaborativa e Integração de Saberes e Ciências. A Licenciatura Intercultural está ancorada na interculturalidade crítica que supera a dicotomia

entre os saberes; conduz a pensar em um processo pela prática social da formação cultural e humana, na qual se valoriza os saberes da experiência e os valores dos grupos socialmente excluídos, em especial das populações indígenas. Com base neste entendimento epistemológico sobre a interculturalidade, Fleuri (2006) ressalta que o reconhecimento da multiculturalidade e a perspectiva intercultural aparecem no âmbito da educação brasileira por meio do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, bem como nos indicativos curriculares para a inclusão de pessoas em situação de deficiência nas escolas de Educação Básica e Superior; a construção de políticas alternativas das minorias étnicas e o estreitamento das experiências formativas e educacionais dos movimentos sociais como proposta educativa e social para a escola pública. Parafraseando Oliveira (2015), estes grupos contidos no Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas obtiveram destaques na educação brasileira a partir da luta e reivindicação dos movimentos sociais e de educação popular no período de 1960, o qual contribuiu para a construção de uma educação intercultural no sentido de promover o respeito entre os grupos socioculturais, mediante processos democráticos e dialógicos no Brasil. Dialogando sobre a interculturalidade e intercientificidade ajuda a entender sobre a construção de como deve ser a Escola Indígena, ou seja, aquela que produz os intersaberes como sinaliza Gersem Baniwa (2019), ela é regida pela complementaridade dos saberes, o que possibilita ganho para todos/as, na medida em que cria diálogo intercultural de fato e, portanto, a interepistemologia ou intercientificidade dos saberes. Uma educação pautada na intercientificidade orienta a buscar a construção de novos paradigmas epistemológicos e novas atitudes políticas e sociais tanto da sociedade dominante quanto dos povos indígenas, partindo da interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que dialoga com as diferenças. É possível lançarmos mão de uma ética baseada no respeito mútuo, no respeito à natureza e a tudo que a cerca, pois isso leva à criação de novos modos de pensar, aprender e ensinar por meio da diversidade dos conhecimentos culturais e científicos.

OBJETIVOS DO CURSO

1) Formar, academicamente, os/as agentes sociais oriundos/as das comunidades indígenas para a docência na Educação Básica na concepção intercultural para a Educação Escolar Indígena, nos Níveis e Modalidades de Ensino (Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos e Idosos), respectivamente; 2) Profissionalizar agentes sociais oriundos/as das comunidades indígenas na perspectiva intercultural para a Coordenação

Pedagógica Escolar e Gestão de Unidades e Sistemas Escolares na Educação Básica da Educação Escolar Indígena; 3) Formar professores/as indígenas em seus contextos específicos para o fortalecimento de seus saberes, autodeterminação dos povos e a adequação dos currículos escolares indígenas em consonância com a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Resolução nº 5, de 12 de 22 de junho de 2012-CNE/CEB).

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A Licenciatura Intercultural Indígena deve habilitar profissionais capazes de estarem situados/as e qualificados/as para dialogar, analisar e compreender os fenômenos educacionais, culturais e socioambientais em que o seu perfil deve contemplar:

- 1) Atuação como docente de Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades Educação de Jovens e Adultos em contextos indígenas;
- 2) Coordenação Pedagógica nas Escolas da Educação Básica Indígenas;
- 3) Gestão Educacional de Unidades e Sistemas Escolares da Educação Básica em Escolas Indígenas;
- 4) Coordenação e Gestão Técnico-Pedagógica em Ambientes Não-Escolares Indígenas.

COMPETÊNCIAS

O perfil do curso que ora se propõe, para a formação de docente habilitado/a em Licenciatura Intercultural Indígena exige ação profissional fundamentada no conhecimento teórico-prático e aprofundamento nos saberes tradicionais (ancestrais) socialmente acumulados dos/as agentes sociais envolvidos/as. A exigência de docentes para atuarem na Educação Básica na perspectiva da interculturalidade exige a formação de um/a profissional que integre conhecimentos técnico-científicos, os saberes de povos e comunidades tradicionais no campo do Ensino, Gestão e Coordenação Pedagógica. A formação desse/dessa profissional deve também incluir o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal, comunicação e trabalho em equipe, características necessárias para a atuação no campo da Educação Intercultural. A Licenciatura Intercultural Indígena deve dispor de uma sólida formação conceitual aliada a uma prática educativa dialógica e emancipatória. Neste sentido, as competências do/a profissional pode ser agrupadas em: Competência de Docência Intercultural; Competência de Gestão Educacional Intercultural;

Competências de Coordenação Pedagógica Intercultural; Competência em Ambientes não-escolares. A seguir são listadas as competências esperadas para o/a egresso/a do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Docência: 1. Compreender a dinâmica da Docência Intercultural no que concerne ao processo de ensino e de aprendizagem nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica em contexto indígena; 2. Planejar o ensino e a ações de intervenção didático-pedagógica interculturais nos ambientes escolares e não-escolares das comunidades indígenas; 3. Refletir sobre o processo de instrumentalização didático-pedagógico intercultural no que concerne ao ensino e a aprendizagem, em especial, para os povos oriundos de comunidades indígenas; 4. Integrar no processo didático-pedagógico intercultural a historicidade dos saberes culturais e ambientais dos povos indígenas; 5. Identificar os problemas educacionais, culturais e socioambientais existentes nas suas comunidades de origem, seja eles no campo da teoria/ciência ou problemas práticos; 6. Avaliar os problemas relevantes para se desenvolver uma investigação científica no campo da Educação Intercultural, cultura e socioambiental relacionados com os povos indígenas da Amazônia paraense; 7. Pesquisar e desenvolver tecnologias educativas adequadas ao contexto intercultural bilíngue. Competências e Habilidades de Gestão Educacional em Terras Indígenas, 1. Compreender a dinâmica da Gestão Educacional Intercultural nos ambientes escolares indígenas Organização Comunitária a partir das necessidades sociais, culturais, ambientais e econômicas; 2. Participar do desenvolvimento e implantação de novos modelos de Gestão Intercultural e Produtividade tomando como base o cooperativismo; 3. Diagnosticar com base científica e saberes tradicionais, problemas e pontos de melhoria nas organizações, propondo alternativas de soluções baseadas em sistemas de sócio-político, sociocultural e socioambiental; 4. Diagnosticar as necessidades específicas nos ambientes não-escolares dos territórios indígenas. 5. Compreender demandas das comunidades e dos Movimentos Sociais Indígenas, tomando como base sua identidade geracional e o sistema sociopolítico, cultural e ambiental. Competências e Habilidades de Coordenação Pedagógica escolar e Organização Comunitária: 1. Compreender a dinâmica da Coordenação Pedagógica Intercultural nos ambientes escolares, assim como nos ambientes não-escolares, tais como os territórios indígenas e suas Organizações Comunitárias a partir das necessidades sociais, culturais, ambientais e econômicas; 2. Orientar no Planejamento Educacional e Escolar Intercultural compreendendo o processo de execução e de avaliação as atividades de ensino e de aprendizagem, tomando como base os saberes das comunidades indígenas; 3. Acompanhar e avaliar os resultados das atividades de ensino e pedagógicas em conjunto com os/as demais agentes sociais: docentes, discentes, comunitários/as, dentre outros/as; 4. Orientar os/as

docentes com relação ao processo da Docência Intercultural nas comunidades indígenas no que concerne às habilidades e competências didático-pedagógicas; 5. Orientar os/as profissionais da educação no que diz respeito à compreensão da dinâmica interpessoal e de grupos na sala de aula, e, por conseguinte, os efeitos na aprendizagem, bem como no estabelecimento de regras e acordos nas organizações sociais; 6. Formular e promover políticas de Formação Continuada no que diz respeito ao planejamento das atividades didático-pedagógicas interculturais e à avaliação em sistema de ensino e em ambientes não-escolares; 7. Orientar de modo compartilhado as organizações representativas das instituições ligadas ao meio ambiente e das comunidades indígenas: conselho de classe, conselho comunitário, associação comunitárias, dentre outros; 8. Analisar e publicizar os resultados do processo de avaliação escolar intercultural como: índices e taxas de aproveitamento escolar.

ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena busca compreender e intervir nas múltiplas e concretas determinações históricas da sociedade brasileira e Amazônica, alargando a visão de mundo e a consciência crítica dos discentes quanto a sua formação como sujeitos históricos da realidade brasileira e, particularmente da Amazônia paraense, qualificando-os para realizar a "ponte" entre a teoria e a prática das relações educacionais interculturais no campo de conhecimento de povos e comunidades indígenas, colaborando assim para a produção e socialização de conhecimentos e saberes ancestrais na gestão de projetos de Políticas Públicas, voltadas para os povos indígenas. Por conseguinte, toma-se como referência o Art. 60 do Regulamento da Graduação da UFPA, que define atividade curricular como sendo "toda aquela atividade considerada relevante para que o estudante adquira os saberes e as habilidades necessárias a sua graduação acadêmica e profissional, devendo ser creditada no seu histórico escolar". O curso desenvolverá seu processo formativo entre o coletivo de educadores e educandos sob os debates entre a igualdade e diferença cultural no Brasil e na Amazônia Paraense, considerando que nem "todas as igualdades são idênticas e nem todas as diferenças são iguais" (Candau, 2002, p. 34); e que "o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza", garante "os direitos de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2009, p. 18). Essa forma de organizar o ensino e a aprendizagem se concretiza com o envolvimento direto e efetivo dos povos originários, consistindo na dinâmica da alternância de tempos experienciados por jovens e adultos na

Universidade e nas Comunidades nas quais residem. O ensino e a aprendizagem no Tempo Universidade (TU) serão promovidos por docentes da UFPA e o Tempo Comunidade (TC) executado por docentes da UFPA com colaboradores dessas comunidades indígenas e professores da educação básica, desde que credenciados pela Faculdade do Curso. Além desses profissionais, o Tempo Comunidade conta com a família dos discentes e as pessoas das comunidades que possuam notório saber sobre a vida local, o manejo e as técnicas tradicionais de uso e aplicação de plantas medicinais, confecção de artesanatos, cerâmicas, pesca artesanal, captura de recursos naturais dos ecossistemas de terra firme, floresta e áreas alagadas (rios, igarapés, etc.), bem como demais conhecimentos tidos como significativos para a vida comunitária e produção acadêmica do Curso. Para desenvolver suas atividades no Tempo Comunidade, o discente será acompanhado por um ou dois docentes e um ou dois monitores comunitários com notório saber, devendo realizar as práticas pedagógicas previstas em seu percurso formativo e intervir na realidade. Sendo assim, a dinâmica curricular do Curso começará com a elaboração de um Projeto de Pesquisa e Extensão pelo aluno com a participação da comunidade, por meio da Pesquisa-ação, para que relacione suas questões de estudo e intervenção com os Eixos estruturantes, a saber: a) Gestão e Educação Territorializada; b) Saberes Ancestrais e Intersaberes; c) Práticas Curriculares Interculturais; d) Tecnologias Educacionais e Didáticas Indígenas. Salienta-se que a Pesquisa-ação é aquela que possibilita ao pesquisador compreender suas práticas em dimensões complexas, possibilitando interpretar a realidade com vistas a sua transformação social. Thiollent (1998) sinaliza que o exercício pedagógico (por meio da construção dos Projetos de Pesquisa e Extensão) permite que a prática pedagógica se transforme em dados científicos. Sendo assim, a Pesquisa-Ação pode ser um instrumento pedagógico e científico para responder às questões e aos problemas da realidade, ao mesmo tempo em que possibilita a transformação social. Por meio da ação participativa da comunidade nas questões que afetam a escola e o território, essa metodologia de pesquisa pode permitir que sujeitos e pesquisadores produzam conhecimento e que a prática pedagógica possa se integrar à pesquisa, transformando a ação em ato científico. Assim, o educando será estimulado por metodologias ativas a compreender a realidade da Aldeia e as questões pertinentes à educação de forma a problematizar teoria e prática. Por metodologias ativas entende-se o processo ensino-aprendizagem centrado no protagonismo de professores e estudantes por meio de situações-problemas da realidade em que vivem. O Curso possui Diretrizes Orientadoras por meio dos seguintes Ciclos: Ciclos Socioantropológicos e Temporalidades; Educação dos Sentidos; Pesquisa-Ação e Integração de Saberes e Ciências. Esses Ciclos articulam-se aos Eixos Temáticos e Eixos Integradores: Observação e

Percepção, Problematização e Epistemologias dos Saberes, Interação e Vivência, Colaboração e Proposição. Esses eixos acompanharão o desenvolvimento do Curso ao longo de sua duração. As Diretrizes Curriculares se assentam nos Eixos Temáticos ou Integradores: 1º ano - Observação e Percepção; 2º ano - Problematização e Epistemologias dos Saberes; 3º ano - Interação e Vivência; 4º ano - Colaboração e Proposição. O currículo do Curso é formado por dois Núcleos: I - Núcleo Básico (1.380 horas): composto pelo Subnúcleo de Fundamentação e Fundamentos da Educação Intercultural que compreende tópicos temáticos com recortes teórico-práticos de: 1.1 Pesquisa de Campo: Metodologia da Pesquisa; Laboratório de Pesquisa; Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação e Infâncias, Gênero e Rituais de Passagem; 1.2 Legislação Educacional e Gestão Ambiental; 1.3 Fundamentos Sócio Antropológicos; 1.4 Territórios e Conhecimentos Socioambientais. II - Núcleo de Aprofundamento e Temas Integradores (1.785 horas): composto pelos Subnúcleos: a) Epistemologia dos Saberes; b) Metodologias e Práticas Pedagógicas Interculturais Indígenas; c) Educação dos Sentidos; d) Estágios Supervisionados; e) Tópicos Especiais em Educação Intercultural Indígena; f) Vivências e Tecnologias Educacionais; g) Oficinas e produção de materiais didáticos; Currículo e Educação Escolar Indígena; h) Estágios; Tópicos e Seminários Temáticos; i) Vivências, Estágios e Práticas.; j) Atividades Complementares e Trabalho de Curso. Esse Núcleo de aprofundamento permitirá que os discentes experienciem atividades e vivências práticas na comunidade por meio da Extensão, Pesquisa e Ensino como: 2.1 Saberes específicos por áreas; 2.2 Formação Pedagógica em Contexto Indígena; 2.3 Vivências Etnoeducacionais, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Docência e Gestão Escolar Indígena; 2.4 Estágios de Vivências; 2.5 Atividades Complementares; 2.6 Disciplinas com Recortes Temáticos. No percurso formativo do aluno serão realizadas as reofertas entre etapas dos períodos a fim de garantir o seu desempenho pleno nas atividades acadêmicas. Dessa forma, o Núcleo Básico possui 1.380 (mil trezentos e oitenta) horas; o Núcleo de Aprofundamento e Temas Integradores possui 1.785 (mil setecentos e oitenta e cinco) horas; e as Atividades Complementares possuem 40 (quarenta) horas, totalizando 3.205 (três mil, duzentas e cinco) horas de carga horária total do curso.

METODOLOGIA

A Formação em Alternância diz respeito às formas de organização do trabalho pedagógico em tempos, espaços e saberes diferenciados e inter-relacionados. Ela tem sua origem com a

criação da Pedagogia da Alternância na França, nas décadas iniciais do século XX. Famílias agricultoras, preocupadas com a escolarização e o futuro de seus filhos, criaram uma escola para a permanência dos estudantes junto à família com um Projeto Pedagógico sintonizado com os seus modos de vida. No Brasil, a primeira experiência ocorreu em 1969, na cidade de Anchieta no Estado do Espírito Santo, e teve o apoio da igreja católica na criação de uma Associação de Agricultores Familiares que buscavam a formação profissional dos seus filhos. O Movimento da Educação do Campo, em suas primeiras experiências no final dos anos de 1990, assumiu a Pedagogia da Alternância como referência para organizar a formação de suas lideranças, envolvendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos. Essa mesma iniciativa foi protagonizada pelos povos originários e tradicionais na formação de jovens e adultos na Educação Básica e Superior, a exemplo dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena e Etnodesenvolvimento. Esta intencionalidade deu origem aos termos Tempo Escola (ou Tempo Universidade) e Tempo Comunidade e a alternância deles no processo educativo, constituindo a Pedagogia da Alternância, estratégia teórico-metodológica de formação dos sujeitos do campo, das águas e das florestas com base na investigação, produção e comunicação de conhecimento, ancorada na relação Educação-Trabalho (modo de fazer) ? Território. Esta estratégia tem como intencionalidade se constituir como processo formador nas dimensões estruturantes das formas de produzir e reproduzir a existência no contexto dos territórios dos povos indígenas. A Formação em Alternância reconhece que diferentes tempos, espaços e saberes são educativos e, portanto, todos contribuem com a formação desses povos, no que provoca mudanças na dinâmica da Organização dos Processos Educativos, na Organização do Trabalho dos Educadores e Educadoras, na Organização e no Planejamento Curricular e nos Processos de Produção do Conhecimento. Na Organização dos Processos Educativos, a formação em Alternância amplia o território formativo dos povos indígenas, por meio da interlocução direta na relação entre o tempo, o espaço e o conhecimento que ocorre entre as distintas experiências formativas em que esses povos participam, transcendendo os espaços, horários/tempos/calendários e saberes específicos escolares, e aproximando-os dos processos de produção de conhecimento materializados nas situações presentes no trabalho, nas práticas culturais e na vida dos povos indígenas. Na prática, essas mudanças incidem na estrutura dos processos didático-pedagógicos que passam a organizar a formação dos estudantes indígenas por meio da Alternância enquanto unidade espacial/temporal de integralização de dois momentos específicos: ?Tempo Escola/Universidade? e ?Tempo Comunidade? que se inter-relacionam, alternam e se complementam para a articulação dos diferentes tempos/espaços e saberes formativos, apresentando-se como o diferencial que

inova na formação dos povos indígenas quando comparada à organização do ensino convencional: seriada, disciplinar, semestral, em etapas, que terminam por fragmentar e hierarquizar o tempo/espaço/conhecimento. O ?Tempo Escola/Universidade? é constituído por ações didático-pedagógicas realizadas em espaços institucionais em que os processos são assim ofertados: na Escola ou na Universidade. No ?Tempo Comunidade? os educandos desenvolvem: o Trabalho em interação com a Natureza através de diferentes fazeres e/saberes, da caça, da pesca, dos artefatos da roça, das festas e dos rituais; suas ações coletivas nos movimentos e nas organizações sociais; e suas Práticas Culturais de convivência: ancestral/tradicional, esportivas, de lazer, entre outras, nas comunidades e nos territórios, nos lugares e nas territorialidades onde se materializam a existência e a vida concreta dos povos indígenas. Ambos ? Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade ? são tempos/espaços do fazer e tecer a vida nas Aldeias, ou seja, de articulação entre teoria e prática, de diálogo entre os saberes ancestrais e as diferentes dimensões da vida e dos conhecimentos científicos, entre os fazeres/saberes culturais/ancestrais e os conhecimentos escolares. Provocam alterações na Organização dos Processos Educativos, incluindo a escola, ao oportunizar a interação entre conhecimento e realidade nas comunidades e nos territórios indígenas, ao fortalecer a articulação entre a Pesquisa, a intervenção e a luta política na formação desses sujeitos. Na Organização do Trabalho dos Educadores e Educadoras, a Formação em Alternância oportuniza uma ação coletiva, dialógica, participativa, integrada, interdisciplinar, articulando todos os sujeitos sociais envolvidos (sejam humanos e não humanos) e que protagonizam os processos pedagógicos na escola e nos demais processos educativos: educadores, educandos, gestores, pais e lideranças das comunidades, organizações e movimentos sociais dos povos indígenas. Na Organização e no Planejamento Curricular, a formação em Alternância estimula os sujeitos ? educadores, educandos e demais sujeitos participantes dos processos pedagógicos ? a pensar e materializar outras formas de conceber o planejamento e o currículo, visto que são instigados a dar outros sentidos e significados ao processo de formação dos estudantes indígenas, ancorados na dialogicidade entre os sujeitos e seus saberes, sentir-pensares, experiências, conhecimentos e culturas. Para que se possa afirmar a dialogicidade é importante que os processos escolares e sociais construam uma matriz curricular que articule saberes de diferentes Tradições: do Trabalho (em dimensões cosmopolíticas), da Ciência e Tecnologia e da Cultura, fortalecendo a Interdisciplinaridade, a Interculturalidade e a Transdisciplinaridade no trato com os componentes curriculares, ao afirmar uma perspectiva relacional entre as várias áreas de conhecimento, entre os conhecimentos científicos/escolares e os saberes/fazeres e da produção cultural dos povos indígenas;

provocando com tudo isso, mudanças substantivas na forma hegemônica de produzir e socializar os conhecimentos científicos. No aspecto da dialogicidade e da inter-relação dos sujeitos e seus saberes, a teoria freiriana e perspectiva de Antônio Bispo são pertinentes como referências que colocam em evidência as culturas, os conhecimentos e os saberes como princípios fundantes dos processos educativos, visto que busca ouvir os povos indígenas; aprender com suas experiências; afirmar os seus modos de vida; oportunizá-los ao acesso à informação, à ciência, às tecnologias, sem hierarquizar os conhecimentos, valores e ritmos de aprendizagem. Assim, o envolvimento dos saberes orgânicos, em detrimento ao saber sintético, é condição sine qua non para que o processo educativo se concretize em confluências de saberes. Neste sentido, a Formação em Alternância contribui para fortalecer a Interculturalidade na organização do currículo ao afirmar as identidades e os modos de vida próprios dos territórios indígenas, a heterogeneidade ambiental, relacional e sociocultural que constitui esses mesmos territórios; as diferenças entre eles existentes e a conflitualidade que demarca a convivência entre os povos/etnias que neles vivem. Ela estimula os educadores e educadoras a incorporarem no currículo os saberes dos povos indígenas construídos em sua relação com a Terra, as Águas e as Florestas, assim como os saberes das Ciências e da Tecnologia, enfrentando a hierarquia, a apartação e a desigualdade entre eles. Nos Processos de Produção do Conhecimento, a formação em Alternância incide de várias maneiras, provocando mudanças na forma hegemônica e convencional de produzir e socializar os conhecimentos científicos, assim como legitimando processos de produção e socialização de conhecimentos que se ancoram em matrizes epistemológicas outras, de base não acadêmico-científica. Já nos processos formativos em Alternância, as problemáticas dos territórios indígenas são pautadas e investigadas em toda a sua complexidade como totalidades, nas suas contradições, no seu movimento histórico, diferenciando-se da perspectiva cartesiana que fragmenta, aparta e hierarquiza as partes. Assume-se, assim, uma perspectiva temática/totalizante/interdisciplinar, fortalecendo a relação entre Realidade e Conhecimento, Teoria e Prática (Práxis) e Formação, Pesquisa e Intervenção (Extensão), promovendo o imprescindível diálogo entre os conteúdos trabalhados no Tempo Escola/Universidade e as tensões e contradições vivenciadas na produção material da vida dos educandos nos territórios e nas comunidades indígenas, no Tempo Comunidade. Esse processo proporciona a transgressão da lógica de entender a Pesquisa nos processos formativos e sua relação com as comunidades indígenas, que deixam de ser entendidas apenas como lócus de experimentação, aplicação da prática, testagem de experiências, investigação da realidade, levantamento de informações e dados para a construção de inventários e diagnósticos diversos. Elas passam a ser compreendidas como sujeitos

coletivos com dinâmicas, necessidades, interesses, desejos e demandas próprias que interagem com as escolas e os demais espaços educativos e com eles assumem a ação formativa dos povos indígenas. Assim, a Pesquisa-Ação na Formação em Alternância se efetiva durante todo o processo formativo, reconhecendo que o Tempo Comunidade e o Tempo Escola/Universidade são indissociáveis no processo de formação dos estudantes indígenas; pois, é na cultura vivida que suas referências se entrecruzam com novos saberes, investigando a realidade local do ponto de vista diagnóstico e experimental, onde os sujeitos vivem e trabalham, combinando reflexões coletivas que oportunizem a compreensão e a intervenção qualificada nessa mesma realidade. A formação em Alternância objetiva formar e transformar todos os participantes do processo pedagógico em sujeitos pesquisadores, capazes de inquirir suas realidades, compreender a dinâmica dos processos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais que ocorrem em suas comunidades e seus territórios com o suporte do conhecimento científico em diálogo com os saberes ancestrais/tradicionais e demais saberes que circulam e são produzidos nos territórios onde os povos indígenas vivem. A utilização da Pedagogia da Alternância como estratégia teórico-metodológica para a formação dos estudantes oportuniza colocar no centro da formação, da pesquisa e da intervenção articuladamente, as demandas, concepções de mundo, formas de sistematizar o pensamento e os critérios de validação das comunidades indígenas, contribuindo para o empoderamento dos sujeitos com o fortalecimento de suas resistências e re-existências ao processo de expulsão e desterritorialização que vem sendo promovido pelo agro/hidro/mineral-negócio na Amazônia e de destruição da natureza e mudanças climáticas resultantes da ação desses agentes como negócio sobre a natureza e o meio ambiente. Nessa direção, as metodologias ativas podem ser aliadas no processo de integrar o percurso formativo do aluno, ensinando-o a ?aprender a aprender? (Mittler et al., 2008) e para planejar e agir no meio social. Considera-se que, entre as Metodologias Ativas, a Metodologia da Problematização é a que mais se aproxima do contexto do Curso e da realidade dos povos indígenas, já que nessas comunidades se exercita a convivência coletiva e as soluções das ?situações-problemas?, conjuntamente, pela participação colaborativa da aprendizagem pela experiência concreta no cotidiano das Aldeias. O processo metodológico do ensino e da aprendizagem, desse modo, será vivenciado por Ciclos de Aprendizagens (Lopes, Alves e Filho, 2019) para que os alunos sejam estimulados em, um primeiro momento, a formular e analisar a situação-problema e, em um segundo momento do ciclo de aprendizagem, deverão realizar estudo autodirigido, e, em um terceiro momento, voltam a se reunir, e com novas e diferentes informações, poderão aplicar, compartilhar, debater e avaliar a situação-problema até que o grupo alcance novas conclusões e soluções.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Os componentes curriculares de cada Núcleo (Básico e Aprofundamento) e dos Subnúcleos (Epistemologias dos Saberes, Metodologias e Práticas Pedagógicas Interculturais Indígenas, Estágio de Vivência e Educação dos Sentidos, Tópicos Especiais em Educação Intercultural Indígena) terão percentual de carga horária destinado à Prática Pedagógica. Esta, por sua vez, caracteriza-se como a culminância do desenvolvimento da teoria no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade, ou seja, é a aplicação do teorizado, debatido e experimentado na prática cotidiana dos graduandos nas suas respectivas comunidades; na Prática Pedagógica haverá o desenvolvimento de atividades experimentais como: oficinas de planejamento e gestão, projeto pedagógico e currículo e produção de materiais didáticos, por exemplo. Certamente, haverá atividades relacionadas às narrativas da etnohistória, dos cantos, das danças, dos rituais xamânicos, das artes corporais, dentre outras. A Prática Pedagógica será desenvolvida em todos os períodos letivos e constituída a partir da memória coletiva dos moradores da Aldeia para que o docente auxilie o aluno a entender o fazer pedagógico na interação entre a memória ancestral, o fazer cotidiano e sua teorização para que a dinâmica de transformação na relação teórico-prática seja dialética. É no fazer, pensar, refletir e agir que vão se constituir as condições para a obtenção da licença para o exercício profissional do aluno quando considerado o momento de intervir na realidade, sob a supervisão de um professor mediador da Faculdade ou externo, sendo o processo de ensino e aprendizagem constituído como parte da sua formação e profissionalização. Essas atividades terão orientação e acompanhamento do(s) docente(s) daquele componente curricular e monitor/colaborador comunitário para a sua execução de forma a ampliar os conhecimentos adquiridos por meio da academia e dos saberes de sua vivência identitária. O Tempo Universidade, Tempo Comunidade e a Prática Pedagógica devem ser articulados a partir dos componentes curriculares gerados no Núcleo Básico, Núcleo de Aprofundamento e Temas Integradores e nos Subnúcleos (Epistemologias dos Saberes, Metodologias e Práticas Pedagógicas Interculturais Indígenas, Estágio de Vivência e Educação dos Sentidos, Tópicos Especiais em Educação Intercultural Indígena) e Atividades Complementares.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é considerado uma atividade curricular obrigatória e indispensável para a integralização do percurso acadêmico do graduando. Está organizada no Núcleo de Estágio de Vivência, contendo carga horária de 405 (quatrocentos e cinco) horas, dividida

em seis tempos, assim denominados:

- ? Estágio de Vivência I (Observação do Espaço Escolar) - Carga Horária 60 horas/aulas;
- ? Estágio de Vivência II (Gestão e Coordenação Escolar) - 60 horas/aulas;
- ? Estágio de Vivência III (Ensino Fundamental) - 75 horas/aulas;
- ? Estágio de Vivência IV (Ensino Médio) - 75/horas aulas;
- ? Estágio de Vivência V (Educação de Jovens e Adultos) - 75 horas/aulas;
- ? Estágio de Vivência VI (Espaço Não Escolar) - 60/horas aulas.

O Estágio Supervisionado (Estágio de Vivência) tem por finalidade possibilitar ao graduando contato com situações e espaços de atuação profissional em eEducação iIntercultural. Ele deve ocorrer em como iInstituições e/ou ambientes de escolarização formal, realizado prioritariamente em escolas indígenas, mas também podendo ser realizado em e iInstituições e/ou ambientes de formação profissional (Organizações Não-GovernamentaisNG?s, Reservas Extrativistas, Unidades de Conservação, Comunidades Indígenas, Quilombos, Assentamentos da Reforma Agrária). O(A) orientador(a) de estágio será um(a) docente da Universidade Federal do Pará, preferencialmente da Faculdade de História do Campus de Bragança, que terá a responsabilidade de assegurar que as atividades profissionais estabelecidas no termo individual de estágio sejam efetivamente compatíveis com a etapa do processo formativo em que esteja enquadrado o cursista encaminhado para realização de estágio, cuidando da adequação pedagógica das atividades previstas nos planos individuais de estágio de cada estudante, sendo o A avaliação do Estágio de Vivência será realizada por docente da Faculdade e profissional ligado à instituição e/ou aos ambientes nos quais os graduandos realizarão essa atividade. Esse procedimento avaliativo será realizado conforme o Regulamento da Graduação e, Resolução de Estágio da Faculdade de História/Campus Bragança. Na realização do Estágio Supervisionado, os cursistas serão acompanhados pelo(a) supervisor(a) de estágio, um(a) profissional integrante da entidade concedente de estágio, responsável pela adequação técnica das atividades desenvolvidas pelos estudantes em cumprimento de seus respectivos planos de atividades.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares totalizam carga horária de 40 (quarenta) horas, a serem integralizadas pelo discente na vivência de atividades acadêmicas, científicas e culturais;

Ensino, Pesquisa e/ou Extensão que assim acontecerão: atividades científico-acadêmicas [20h] e atividades didático-culturais [20h], validadas mediante comprovação encaminhadas ao Conselho da Faculdade. As Atividades Complementares ofertadas pela Faculdade poderão acontecer como atividades científico-culturais como oficinas, seminários, trabalho de campo, visitas monitoradas, discussões temáticas, seminários avançados, cursos, minicursos; congressos, elaboração e/ou participação em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, palestras, entre outras e devem ser disponibilizadas a partir do planejamento dos semestres. Além do previsto nos parágrafos anteriores, as Atividades Complementares é mais uma estratégia para a formação acadêmica dos graduandos no alcance das competências e habilidades desejadas para o exercício da profissão de Educador Intercultural. O Curso ofertará outras atividades que enriqueçam o processo formativo do graduando: atividades culturais e artísticas nos espaços de convivência indígenas, possibilitando o envolvimento dos alunos nas programações culturais das Aldeias e na Universidade. A distribuição da carga horária deverá ocorrer ao longo de todo o Curso. A Faculdade regulamentará, em Resolução específica, a realização, validação e contagem da carga horária que observará a legislação vigente.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso (TC) é uma atividade curricular obrigatória que possui carga horária de 60 (sessenta) horas para sistematizar o conhecimento, produzido pelo discente, ao longo do curso através do estudo de um determinado tema em concordância com um Docente Orientador. O TC deve ser o produto do Projeto de Pesquisa e Extensão executado durante todo este Curso, acompanhado de reflexões teóricas e análise dos resultados, em formato de Artigo, Diário de Campo, Memorial e/ou Portfólio, audiovisual e material didático. O TC deverá estar vinculado às Diretrizes Orientadoras do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, Ciclos Socioantropológicos e Temporalidades; Educação dos Sentidos; Pesquisa-ação Colaborativa e Integração de Saberes e Ciências, através de Projeto de Pesquisa e/ou Ensino e Extensão. Sua orientação será realizada por um docente vinculado à Faculdade ou profissional externo, a critério do Conselho da Faculdade, desde que co-orientado por um docente com vínculo de atividade docente do Curso, podendo ser acompanhado por um Professor indígena e Monitor Comunitário. A elaboração do TC dar-se-á no percurso acadêmico ao longo dos oito semestres letivos seguindo o desenvolvimento dos Eixo Temáticos: primeiro ano ? ?Observação Percepção?; segundo ano

? "Problematização e Epistemologias dos Saberes"; terceiro ano ? "Interação e Vivência"? e quarto ano ? "Colaboração e Proposição"? e iniciará no primeiro ano deste Curso, quando o discente optar por um tema para a construção de seu Projeto de Pesquisa e/ou Ensino e Extensão. Ao final de cada semestre e/ou ano letivo, os discentes, seus orientadores e os coordenadores e/ou orientadores de Projetos (Pesquisa e/ou Ensino) apresentarão resultados parciais de seus respectivos Projetos ao final das vivências etnoeducacionais, avaliadas por docente vinculado à Faculdade ou profissional externo, que será finalizado no último ano letivo (8º e 9º semestres). A avaliação será feita por cada Examinador, em defesa pública, através de uma ficha de avaliação, em que conterá com os seguintes itens de apreciação e suas respectivas notas: a) aprofundamento teórico do tema, nível de abrangência do conteúdo, reflexão crítica e atual no processo de desenvolvimento do tema; b) sequência lógica de raciocínio e apresentação de introdução, desenvolvimento e conclusão; c) emprego adequado da linguagem gramatical, teórica e técnico-científica; d) adequação e atualização da bibliografia à temática tratada; e) adequação às normas da ABNT; f) adequação do tratamento teórico-metodológico; g) coerência e correção na análise dos dados e no uso dos recursos de exposição. As normas específicas para realização do TC constam em resolução própria elaborada pelo Conselho da Faculdade de História (FAHIST), com base no Regulamento do Ensino de Graduação e na Instrução Normativa n. 05/2023 da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG). O TC dos discentes serão de acesso público no repositório da Biblioteca Central da UFPA, desde que estes manifestem esse interesse com assinatura do Termo de Autorização de Autoria, cujo modelo se encontra disponível no site da Biblioteca: <http://bc.ufpa.br/wp-content/uploads/2018/04/Termo-de-Autorizacao-e-Declaracao-de-Autoria.pdf> com envio do arquivo em formato PDF do TC e do Termo de Autorização de Autoria para o e-mail fahist@ufpa.br

POLÍTICA DE PESQUISA

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena tomará a pesquisa para fins didático-metodológicos relacionados aos conteúdos programáticos da educação intercultural indígena, relacionando-a com o Ensino e a Extensão. A Pesquisa não se constitui como ação mecânica, distanciada de um referencial teórico-metodológico que contextualiza a realidade em que se processa, mas em uma ação de sujeitos na busca de compreender sua história, sua realidade, dar respostas, fazer perguntas, semear dúvidas. Não é um aprendizado

homogêneo, linear, uniforme, a-histórico; ao contrário, é histórico e, por isso, complexo e desafiador, exigindo postura séria e reflexiva do pesquisador. Considerando a Pesquisa como uma incursão à realidade a partir da problematização de questões educacionais, culturais e socioambientais, cada docente deverá incorporá-la às suas atividades curriculares, sobretudo aos componentes de dimensão prática dessas atividades, incluindo as Práticas Pedagógicas. Segundo Pádua (2000, p. 31), "pesquisar é toda atividade voltada para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade" e a atividade que vai permitir no âmbito das ciências, elaborar um conjunto de conhecimentos para auxiliar a compreensão da realidade e orientar as ações. As Pesquisas em Educação e Interculturalidade são altamente relevantes para quaisquer áreas do saber humano, pois este conjunto de conhecimentos reúne diferentes posicionamentos teóricos, questionamentos, análises, perspectivas e proposições que representam contribuições para a melhoria dos rumos da convivência humana em qualquer sociedade. Compreende-se que a Pesquisa na formação do graduando conduzirá à produção de novos conhecimentos e apropriação dos saberes construídos historicamente, mas esses novos conhecimentos não podem ignorar as etnociências indígenas e suas epistemologias, nem devem ser vistos como conhecimentos menores em relação à ciência hegemônica, mas como saberes imprescindíveis para entendermos as realidades amazônicas e suas diferentes formas de produção do pensamento. Em consonância com Smith (2018, p. 186), pesquisadora indígena, "o projeto que envolve descobrir a ciência e a tecnologia ocidental é fazer esse conhecimento funcionar para o desenvolvimento indígena". Dessa forma, o aprendizado científico não pode prescindir do modo como esses povos fazem ciência, denominado por Lévi-Strauss (1962) de ciência do concreto, em que é imprescindível acessar o mundo sensível. É, portanto, fazendo a imersão no mundo indígena, entendendo a forma como operam o pensamento e dão sentido ao mundo, que se compreende suas classificações e explicações sobre o funcionamento de suas sociedades. Como menciona Smith (2018), há duas possibilidades da pesquisa fazer diferença positiva nas condições de vida dos povos indígenas, através da ação comunitária e da pesquisa emancipatória e são essas modalidades que devem ser dirigidas à recuperação de histórias e reivindicação de terras e recursos. É "descolonizando metodologias", como salienta a autora, e reconhecendo que o saber científico positivista impõe poderoso viés colonizador e imperialista "ao ter se apropriado de conhecimentos, corpos, espiritualidades, territórios e, de modo amplo, de seus saberes", que se pode avançar no sentido de propor direções estratégicas para o futuro da Pesquisa com os povos indígenas, adequadas aos seus contextos e com procedimentos, métodos e postura ética culturalmente alinhadas às suas cosmovisões. É, ao descolonizar o pensamento científico, que a ciência terá função social

para esses povos, sendo capaz de tornar-se útil para a sua prática política e educativa. Nesse sentido, os docentes deverão ser incentivados a elaborar Projetos de Pesquisa e/ou Ensino a partir das Diretrizes Orientadoras e Eixos Temáticos do Curso conjugados às Linhas de Pesquisa, com ou sem financiamento, com o intuito de torná-la parte do cotidiano deste Curso. Os docentes devem manter a estratégia de responder a editais de Pesquisa, internos e externos à UFPA, como: do Programa Integrado de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (PROINT); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; do Edital da Petrobrás; da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, dentre outros, visando financiamento e fomento à implementação de bolsas para a Iniciação Científica. Compreende-se que a Pesquisa acadêmica é um saber produzido para a intervenção na realidade e, no decorrer do Curso, identificando as Linhas de Pesquisa-desenvolvimento que poderão ser privilegiadas a partir dos conteúdos profissionais essenciais e específicos ao contexto da escola e sua dimensão territorializada como: a) Gestão e Educação Territorializada; b) Saberes Ancestrais e Intersaberes; c) Práticas Curriculares Interculturais; d) Tecnologias Educativas e Didáticas Indígenas.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Universidade Federal do Pará entende a Extensão como um processo educativo, cultural e científico, vinculado ao ensino e à pesquisa de forma inseparável, com vistas a transformação da sociedade por meio de ações interdisciplinares, objetivando a formação cidadã, produção e socialização do conhecimento. Nesse sentido, o Curso realizará a Política de Extensão por meio das atividades curriculares no Tempo Comunidade (TC), em projetos desenvolvidos pelas seguintes vivências: Vivências Etnoeducacionais ? Linguagens e Línguas indígenas; Vivências Etnoeducacionais - Etnomatemática e Fazeres Indígenas; Vivências Etnoeducacionais - Antropoceno e Conflitos Ambientais; Vivências Etnoeducacionais - Etnociências Naturais e da Terra; Vivências Etnoeducacionais ? Corpo, Corporeidade e Ludicidade , acompanhadas por docentes e monitores comunitários com a articulação entre a Universidade e a comunidade. Os componentes curriculares de Extensão serão vinculados ao Subnúcleo Educação dos Sentidos e desenvolvidos por atividades de campo com debate teórico, a partir dos seguintes eixos estruturantes: Gestão e Educação Territorializada, Saberes Ancestrais e Intersaberes, Práticas Curriculares e Interculturais, Tecnologias Educativas e Didáticas Indígenas. A Política de Extensão na Universidade Federal do Pará é regulamentada pela Resolução de nº 5.467 de 27 de janeiro de 2022, que

?aprova as diretrizes para a estruturação das Atividades Acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA, p. 01)?. Assim, neste Curso, esses componentes corresponderão a 330 horas distribuídas nas seguintes disciplinas: Vivências Etnoeducacionais - Linguagens e Línguas Indígenas (70 horas); Vivências Etnoeducacionais - Etnomatemática e Fazeres Indígenas (65 horas); Vivências Etnoeducacionais - Antropoceno e Conflitos Ambientais (70 horas); Vivências Etnoeducacionais - Etnociências Naturais e da Terra (65 horas) e Vivências Etnoeducacionais - Corpo, Corporeidade e Ludicidade (60 horas). Ademais, a Extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, é pensada neste Curso associada às Políticas de Ensino, de Pesquisa e Inclusão Social possibilitando uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. As Atividades de Extensão se fundamentarão na estreita relação com a realidade e as problemáticas levantadas devem, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados nos territórios indígenas, sem perder de vista as questões mais amplas que envolvem o fenômeno escolar. Essas ações serão elaboradas coletivamente por docentes, discentes, técnico-administrativos e colabores comunitários para a interação entre o conhecimento científico produzido na Universidade e os saberes das Comunidades Indígenas. Desta forma, para a sua efetividade ocorrerá, metodologicamente, por meio de: Minicursos, palestras, oficinas, seminários, elaboração de material de apoio didático - textos, cartilhas, vídeos, exposições, entre outras. Elaboração de Projetos e Programas de Extensão, respondendo a editais internos e externos à UFPA (PROEX, CNPq entre outros). Essas atividades serão realizadas ao longo do percurso acadêmico, organizadas e coordenadas por docentes lotados com o perfil da disciplina. Os docentes devem manter a estratégia de responder a editais internos à UFPA como: o Programa Integrado de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (PROINT); o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e os externos que fomentem o financiamento de bolsas e desenvolvimento de atividades. Além disso, o Curso estará aberto à demandas advindas da sociedade e com ela deverá discutir e planejar esse atendimento, pois por meio da curricularização da Extensão, o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitem refletir sobre questões e construir uma formação compromissada com a sociedade e os desafios climáticos atuais.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Política de Inclusão Social de estudantes da UFPA é uma atribuição estatutária e, na sua

maioria, efetivada por meio da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) e da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS), vinculada diretamente à Reitoria e responsável pelo planejamento, coordenação, definição, implementação e acompanhamento de políticas referentes às ações afirmativas com atuação integrada com as diversas Unidades da UFPA. Neste PPC a inclusão social é planejada de forma assertiva e em consonância às políticas públicas de educação com foco primordial à Política das Ações Afirmativas, especialmente pelo fato de o público deste Projeto ser os povos originários (indígenas), que há séculos estiveram excluídos do Ensino Superior. Logo, no âmbito do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena há que se considerar as diretrizes concernentes à comunidade acadêmica, sobretudo, por entendermos que é imprescindível que nosso corpo discente disponha de condições tanto de acesso quanto de permanência com sucesso em seu processo de formação acadêmica. Neste sentido, buscar-se-ão meios que possam minimizar as dificuldades de inclusão, por exemplo, ao mundo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC?s), às Plataformas Digitais, aos materiais didático-pedagógicos, ambiente físico acessível. Além disso, apoio individualizado com recursos como legendas em vídeos e tecnologias assistivas.

Pelo exposto acima, é em atendimento às diferenças presentes na Universidade que a concepção de Política de Inclusão Social da Instituição se define, desde a entrada dos discentes com uma posição e trato acolhedores de indivíduos que sofrem vários tipos de discriminação dentro do território da Universidade. Além deste ser um curso que já estipula as vagas para grupos socialmente excluídos, o planejamento inclui a busca por bolsas de estudos para os estudantes com vistas a possibilitar a continuidade de sua permanência com sucesso no curso, bem como a disponibilização de recurso para apoio à participação dos estudantes em eventos científicos diretamente relacionados à sua formação acadêmica. Aos docentes formadores é planejada capacitação de maneira que possam atuar junto com a coordenação do curso para a oferta desta graduação dentro das perspectivas acadêmicas e políticas às quais ela se vincula, de atendimento à diversidade humana, a fim de superar a lógica da exclusão e contribuir à construção de uma educação inclusiva de qualidade. Além disso, os componentes curriculares contarão com a participação de colaboradores indígenas, pessoas com notório saber nas comunidades onde o curso for desenvolvido, os quais contribuirão com docentes formadores na tradução da língua nativa e em outros campos dos conhecimentos culturais. Para os cursistas são planejados cursos/formações/oficinas introdutórias a cada semestre para facilitar o aprendizado. Finalmente, ainda na perspectiva da inclusão, a LIBRAS e Línguas Indígenas de Sinais se apresenta como componente curricular obrigatório neste curso, bem como adaptação de material textual para estudantes

com baixa visão, transtornos neurodivergentes e Pessoa com Deficiência (PCD).

POLÍTICA DE EGRESSO

Para o acompanhamento das(dos) egressos(as), a FAHIST planeja a manutenção de cadastros atualizados das(dos) egressos(as); estabelecimento de canais virtuais de comunicação com egressas(os) (email, mala direta); promoção de eventos anuais com a participação de egressas(os), tais como palestras, seminários de abertura de cursos, relatos de experiências. A FAHIST incentivar a pesquisa com egressas(os) a cada quatro anos, através de questionários online, bem como a criação e manutenção de associação de ex-estudantes e/ou a criação do portal da(do) egressa(o) no site da IES.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Este Curso, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Regulamento de Graduação da UFPA, adota o planejamento e a avaliação como procedimentos essenciais e contínuos para a organização curricular e o processo de ensino-aprendizagem. Com isso, os docentes responsáveis pelas atividades curriculares de cada período letivo devem se reunir para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação. Essas reuniões são realizadas em períodos definidos pela Gestão do Curso e propõem ações para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, por meio da identificação de seus pontos fortes e frágeis e o ajuste necessário para aprimorar a formação dos estudantes. O compromisso com o planejamento e a avaliação reflete a visão do Curso em oferecer uma Educação Superior de excelência e em sintonia com as necessidades da sociedade e das comunidades indígenas. Dessa forma, reforça seu compromisso em formar profissionais qualificados e preparados para atuar de forma crítica e reflexiva em suas áreas de atuação.

Para o efetivo êxito do Curso esta Subunidade Acadêmica promoverá a formação continuada dos professores-formadores, por meio de imersões pedagógicas nas aldeias, ciclo de debates e estudos, seminários e trocas de experiências com outras IES. Também estimulará a participação docente em Cursos de Pós-graduação, capacitações, grupos de estudos, fórum, congressos e seminários. A FAHIST tem um corpo docente formado quase totalmente de doutores e suas estratégias institucionais para a qualificação destes profissionais acompanha a da unidade CBRAG e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP) que incluem o apoio para licença para pós-graduação e capacitação, tais como as demandadas no

Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFPA, através de cursos oferecidos pelo CAPACIT, e ainda no Fórum de Graduação da UFPA, anualmente realizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

A FAHIST planeja formação continuada para os docentes em consonância com as avaliações anuais do desenvolvimento deste PPC, nas reuniões semestrais do Núcleo Docente Estruturante realizadas especificamente para esta avaliação e planejamento.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem será norteado pela avaliação discente, permitindo a utilização de estratégias e instrumentos diversificados. Cada docente determinará as dinâmicas de avaliação (provas escrita e/ou oral, observações, produção textual, elaboração de projetos, criação de produtos audiovisuais para diferentes meios e suportes, entre outras) considerando as particularidades do conteúdo programático de cada componente curricular e das concepções defendidas neste PPC.

O discente será avaliado em, pelo menos, dois momentos durante uma atividade curricular. No início do período letivo o Plano de Ensino será apresentado e discutido entre docentes e discentes com a dinâmica, os procedimentos e os critérios de avaliação. Cada docente deve assegurar a discussão dos resultados de cada avaliação parcial com a turma, visando garantir que esse processo ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem, para o melhor aproveitamento da sequência didática.

O docente deve atender às orientações legais, ou seja, no encerramento de cada semestre será necessário fazer o registro eletrônico do CONCEITO FINAL de acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após encerramento do período letivo. Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao discente, será utilizada a seguinte convenção estabelecida no Regimento Geral da UFPA: Insuficiente/INS - (0 a 4,9); Regular/REG - (5,0 a 6,9); Bom/BOM - (7,0 a 8,9); Excelente/EXC - (9,0 a 10,0).

A cada etapa do processo de avaliação, o docente deve atribuir ao discente um dos conceitos descritos anteriormente, conforme desempenho de aprendizado. Aliado a esse conceito, registra-se que ainda existe o Sem Frequência (SF) indicado a estudantes que não obtiveram o mínimo de 75% de frequência e Sem Avaliação (SA) para aqueles que não realizaram o mínimo de avaliações previstas.

Em cada período letivo, será considerado aprovado, o discente que obtiver na Avaliação Geral do Conhecimento (AGC), o conceito igual ou superior a regular (REG) e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas. O discente deve ser submetido a pelo menos a duas avaliações durante o semestre, sendo assegurada a realização dos exames de segunda chamada, desde que seja protocolada a entrada com requerimento junto à Faculdade em até 72h (setenta e duas horas) após a primeira chamada, conforme com o disposto no Art. 14, Parágrafo Único da Resolução n.580/92 ? CONSUN. O Regulamento de Ensino de Graduação disponibiliza, ainda, a Avaliação Substitutiva ao discente com frequência igual ou maior que setenta e cinco por cento (75%), porém SEM CONCEITO para aprovação nas atividades curriculares. O professor de cada componente curricular define os instrumentos e as orientações para a aplicação dessa avaliação, que deve substituir o conceito final até 5 (cinco) dias depois da conclusão do processo.

Após a atribuição e o lançamento dos conceitos e das notas aos discentes em conformidade com os métodos de avaliação, os materiais de avaliação contendo conceito e visto dos docentes responsáveis, devem ser por estes devolvidos aos seus autores, mediante recibo na folha de frequência da avaliação. Esse ato assegura ao discente o direito de recorrer à revisão de conceito, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da devolutiva, devendo apresentar, quando couber o material avaliado. A revisão de conceitos deve ser solicitada via requerimento pelo discente à Faculdade. O processo é analisado por uma Comissão formada por três docentes nomeados pelo Diretor da Faculdade, sem a participação do docente em questão. A Comissão ouvirá o docente, discente e outros que considere necessário para emissão de Parecer conclusivo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

Uma proposta de avaliação deve ser inclusiva e adequada para discentes com deficiência (PcD) neste Curso. É essencial garantir a acessibilidade em todas as etapas do processo avaliativo, incluindo materiais adaptados, ambiente físico acessível e comunicação clara. Além disso, é importante oferecer apoio individualizado com recursos como legendas em vídeos e tecnologias assistivas, intérpretes de Libras, etc.

Ademais, é recomendável proporcionar opções flexíveis de avaliação, permitindo-lhes desenvolver seus conhecimentos e suas habilidades de maneiras diversas como projetos práticos, trabalhos escritos, apresentações orais ou portfólios. Portanto, respeitar as especificidades, as habilidades e os interesses dos discentes PcD, Transtornos e Altas Habilidades/Superdotação para a promoção de uma avaliação justa e inclusiva.

Os Cursos de Graduação da UFPA deverão adotar o planejamento e a avaliação como

procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo de ensino e aprendizagem de acordo com a Resolução n. 4.399 CONSEPE de 14 de maio de 2013. O Regulamento do Ensino de Graduação determina que a avaliação das atividades didático-pedagógicas deva ocorrer ao término de cada período letivo.

Assim, o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação engloba: auto avaliação dos Cursos de Graduação, obrigatória em cada período letivo, por meio do Sistema de Avaliação On-line (AVALIA) e outros procedimentos complementares e a análise dos resultados das avaliações externas, tendo como objetivos: Identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do Projeto Pedagógico do Curso, em todas as suas dimensões; Subsidiar decisão dos gestores que favoreçam a melhoria do Ensino de Graduação. Será, portanto utilizado pelo Curso, o Programa Institucional de Avaliação do Ensino de Graduação, Avalia UFPA, como instrumento para diagnosticar a qualidade do ensino implementado pela Pró-reitoria de Graduação e conta com a participação do corpo docente e discente ao término de cada período letivo.

Os resultados fornecidos por essa avaliação apontam práticas e processos favoráveis ou não à qualidade do ensino, bem como indicam possibilidades de melhoria que fundamentam o planejamento dos períodos letivos. Por meio deste instrumento é possível traçar o perfil do corpo discente e docente, além de avaliar a infraestrutura disponível durante os momentos de aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso realizarão análise dos dados quantitativa e qualitativamente, apresentando à Comunidade Acadêmica sugestões para superar problemas e aprimorar pontos fortes para fortalecer a formação do licenciando. Ao considerar a diversidade metodológica que os docentes desenvolvem em seus cotidianos profissionais, podendo optar por atividades individuais e/ou em grupo por meio de pesquisa bibliográfica, apresentação de trabalho, apresentação de seminário, elaboração e/ou execução de projetos, avaliação escrita e/ou prática, produção científica, artística e cultural, ações de intervenção, além de outras possibilidades pedagógicas.

A avaliação do ensino ainda tomará como referência o que pautam as práticas qualitativas, quais sejam: **DOMÍNIO COGNITIVO**: a capacidade do discente em relacionar o seu conhecimento com o novo conhecimento desenvolvido nas práticas de sala de aula. **QUALIDADE DAS ATIVIDADES**: cumprir as tarefas propostas pelos professores com disposição, empenho e interesse. **DISPONIBILIDADE PARA DESENVOLVER ATIVIDADES EM EQUIPE**: apresentar-se de forma cooperativa, capaz de interagir com o outro de forma a potencializar a construção de conhecimentos. **AUTONOMIA**: expor no cotidiano a atitude em tomar decisões e, ainda, propor alternativas visando solucionar

problemas

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Intercultural Indígena terá sua execução acompanhada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável por elaborar um relatório anual de avaliação. Sempre que se fizer necessário, o NDE deve propor sugestões para problemas identificados, dirigindo-se ao Colegiado do Curso, para discussões e deliberações. A avaliação deste PPC será subsidiada por avaliações externas promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, pelo programa AVALIA/PROEG/UFPA, pelos Relatórios de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação - CPA, e, ainda, pelo relatório de pesquisa com os egressos do Curso.

Para subsidiar o relatório anual de avaliação do PPC, são recomendados os seguintes procedimentos:

Realização de reuniões com o Colegiado do Curso para avaliar as atividades ofertadas em cada período letivo como forma de aprimorar as ações planejadas e promover a integração pedagógica e a relação entre os conteúdos ministrados;

Realização de reunião com discentes no final do ano letivo para avaliação das atividades realizadas e planejamento para o próximo ano. Esse momento pode contar com a presença e participação de representantes das comunidades indígenas, instituições e movimentos sociais;

Realização de eventos (encontros, fóruns, seminários e etc.) com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos, lideranças indígenas, gestores das escolas indígenas e convidados para avaliação do projeto pedagógico, preferencialmente a cada dois anos de vigência do referido projeto, para discussões sobre a formação do profissional desejado, reformulações das competências e/ou conteúdo, ou o que se fizer necessário para aprimorar a execução do PPC, em todas as suas dimensões e a partir disto encaminhar propostas ao NDE, ao Colegiado do Curso e demais órgãos competentes para apreciação e implementação das alterações sugeridas;

Como instrumento complementar de avaliação do projeto pedagógico, mencionado acima, deve ser estimulada a participação dos discentes por meio de instrumentos específicos, como o envio de formulário on-line disponibilizado pela PROEG. Os alunos, através do formulário deverão opinar sobre as atividades desenvolvidas ao longo de cada ano letivo, o que inclui a

avaliação quanto ao cumprimento do estabelecido neste projeto pedagógico, o desempenho dos professores, a estrutura disponível, entre outros aspectos.

Para organizar e acompanhar o processo de avaliação do projeto pedagógico do Ccurso, e conseqüentemente do próprio Ccurso, a Faculdade História designará o Núcleo Docente Estruturante, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Adolfo da Costa Oliveira Neto	Doutor	Geografia, desenvolvimento territorial rural e educação	Dedicação Exclusiva
Benedito Emílio da Silva Ribeiro	Mestre	História	40 horas
Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Eliane Cristina Soares Charlet	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Érico Silva Alves Muniz	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Francilene de Aguiar Parente	Doutor	Antropologia	40 horas
Francisco Pereira de Oliveira	Doutor	Pedagogia	40 horas
Iracely Rodrigues da Silva	Doutor	Pedagogia	Dedicação Exclusiva
Janice Muriel Fernandes Lima da Cunha	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Joana D'Arc Vasconcelos Neves	Doutor	Educação Inclusiva	Dedicação Exclusiva
Júlia Otero dos Santos	Doutor	Antropologia	Dedicação Exclusiva
Leila Saraiva Mota	Mestre	Libras	Dedicação Exclusiva
Luis Augusto Pinheiro Leal	Doutor	Estudo Étnicos Raciais	Dedicação Exclusiva
Luís Junior Costa Saraiva	Doutor	Antropologia	Dedicação Exclusiva
Magda Nazaré Pereira da Costa	Mestre	História	Dedicação Exclusiva
Maria Roseane Corrêa Pinto Lima	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Roberta Sá Leitão Barboza	Doutor	Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva
Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes	Doutor	Curriculo e Formação de Professores	Dedicação Exclusiva
Rosemary Cunha Leão	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Salomão Antonio Mufarrej Hage	Doutor	Pedagogia	Dedicação Exclusiva
Sebastião Rodrigues da Silva Júnior	Doutor	Sociologia dos saberes	Dedicação Exclusiva
Tabita Fernandes da Silva	Doutor	Linguística	Dedicação Exclusiva
Vanderlúcia da Silva Ponte	Doutor	Antropologia	Dedicação Exclusiva
William Cesar Lopes Domingues	Doutor	Etnodiversidade, educação e saúde	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Bruno Hilário da Silveira Alves, Secretário da Faculdade de História

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Laboratório de História e Patrimônio Cultural na Amazônia ? LABHIST com terminais de computadores, splits de refrigeração, mesas (postos de trabalho), mesas grandes de reuniões, cadeiras, cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e estantes de ferro.	Imóvel	50	Aula	1
Diretoria FAHIST para trabalhos administrativos internos e atendimento restrito a alunos, com terminais de computadores, split de refrigeração, mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	Imóvel	5	Administrativa	2
Espaço de Convivência ? Hall do Prédio Maria de Lima Gomes com mesa, cadeiras e bebedouro.	Imóvel	150	Reunião	1
Espaço de Convivência ? Pracinha do Campus arborizada e bacos de concreto.	Imóvel	150	Reunião	1
Banheiros (Prédio Administrativo, Auditório, Prédio Maria de Lima Gomes, LABHIST, Blocos I e III)	Imóvel	4	Administrativa	22
Elevador no Prédio Administrativo e no Prédio Maria de Lima Gomes (este em instalação).	Imóvel	3	Administrativa	2
Salas de professores: refrigerada com estações de trabalho para os professores, com mesas, armários e terminais de computadores.	Sala	10	Reunião	3
Sala da CPGA (3º andar do Prédio Administrativo) - com terminais de computadores, split de refrigeração, mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	Sala	5	Administrativa	1
Auditório Maria Lúcia Medeiros com split de refrigeração, mesas e capacidade para 200 pessoas, microfones, caixas de som.	Sala	200	Reunião	1
Sala de Videoconferência (Bloco I) com split de refrigeração, mesa e cadeiras para 60 pessoas, datashow, caixa de som e quadro magnético.	Sala	60	Reunião	1
Divisão de Assistência Estudantil ? DAEST com estações com split de refrigeração, computadores, cadeiras, armário e impressora.	Sala	10	Orientação acadêmica	1
Salas de Aula na Aldeia com split de refrigeração, mesas, cadeiras para 40 pessoas em cada sala e quadros magnéticos.	Sala	40	Aula	2
Salas de aula do Prédio Maria de Lima Gomes/CBRAG: amplas, refrigeradas e bem iluminadas, com janelas de correr com mesas, cadeiras para 40 pessoas em cada sala e quadros magnéticos.	Sala	40	Aula	2
Sala dos Técnicos em Assuntos Educacionais com estações de computadores, cadeiras e armários.	Sala	8	Administrativa	1
Salas de professores: refrigerada com estações de trabalho para os professores, com mesas, armários, terminais de computadores e datashow.	Sala	10	Reunião	3

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
DITEC com split de refrigeração, estações de trabalho com computadores, cadeiras e armários.	Sala	5	Administrativa	1
Copa/Cozinha com mesa, armário, fogão, geladeira e cadeira.	Sala	4	Administrativa	1
Almoxarifado com estantes de ferro e armários.	Sala	5	Administrativa	1
Sala do Centros Acadêmicos e Associação de Discentes Quilombolas com mesas, cadeiras e armários.	Sala	6	Administrativa	2
Lanchonete (em implementação).	Sala	10	Administrativa	1
Sala de Reuniões do Colegiado (Sala 1 do LABHIST) refrigerada, com mesa e cadeiras.	Sala	15	Reunião	1
Laboratório de Inclusão com split de refrigeração, terminais de computadores, cadeiras, armário.	Laboratório	40	Aula	1
Laboratório de Informática com split de refrigeração, terminais de computadores para utilização de aulas e para uso dos alunos em situação de pesquisa	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório de Linguagem (FALEST) com split de refrigeração, mesas, computadores e cadeiras.	Laboratório	30	Aula	1
Laboratório de Ensino de História ? LEHIST (Prédio Maria de Lima Gomes): sala ampla, refrigerada e bem iluminada; funciona atualmente com mesas e cadeiras para trinta pessoas, mesa de professor e cadeira, computador, datashow, caixa de som e quadro magnético.	Laboratório	30	Aula	1
Secretaria Integrada (SIGRAD): funcionando com horários rotativos integralmente para atendimento dos alunos de todas as licenciaturas, incluindo Licenciatura Intercultural Indígena. Funciona no térreo do Prédio Maria de Lima Gomes, com split de refrigeração, mesas com computadores e impressora, armários verticais de madeira, telefone com ramal, centrais de ar, bebedouro, computadores para acesso imediato pelos alunos.	Secretaria	10	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Almoxarifado com estantes de ferro e armários.	Outros	Cedido	10	Estante
	Outros	Cedido	2	Armário
Auditório Maria Lúcia Medeiros com split de refrigeração, mesas e capacidade para 200 pessoas, microfones, caixas de som.	mesa	Cedido	3	
	Outros	Cedido	200	Cadeira
	Outros	Cedido	2	Microfone
	caixa amplificadora	Cedido	2	Caixa de som
Copa/Cozinha com mesa, armário, fogão, geladeira e cadeira.	mesa	Cedido	1	
	Outros	Cedido	1	Armário
	Outros	Cedido	1	Fogão
	Outros	Cedido	1	Geladeira
Diretoria FAHIST para trabalhos administrativos internos e atendimento restrito a alunos, com terminais de computadores, split de refrigeração, mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	mesa	Cedido	3	
	computador	Cedido	3	
	Outros	Cedido	8	Cadeira
	Outros	Cedido	3	Armário
	Outros	Cedido	1	Arquivo de Ferro
	Outros	Cedido	1	Telefone
	datashow	Cedido	1	
DITEC com split de refrigeração, estações de trabalho co computadores, cadeiras e armários.	mesa	Cedido	3	
	computador	Cedido	4	
	Outros	Cedido	6	Cadeira
	Outros	Cedido	2	Armário
Divisão de Assistência Estudantil ? DAEST com estações com split de refrigeração, computadores, cadeiras, armário e impressora.	mesa	Cedido	3	
	computador	Cedido	2	
	Outros	Cedido	7	Cadeira
	Outros	Cedido	1	Armário
	Impressora	Cedido	1	
Espaço de Convivência ? Hall do Prédio Maria de Lima Gomes com mesa, cadeiras e bebedouro.	mesa	Cedido	1	
	Outros	Cedido	15	Cadeira
	Outros	Cedido	1	Bebedouro
Espaço de Convivência ? Pracinha do Campus arborizada e bacos de concreto.	Outros	Cedido	10	Banco de concreto
Laboratório de Ensino de História ? LEHIST (Prédio Maria de Lima Gomes): sala ampla, refrigerada e bem iluminada; funciona atualmente com mesas e cadeiras para trinta pessoas, mesa de professor e cadeira, computador, datashow, caixa de som e quadro magnético.	mesa	Cedido	30	
	computador	Cedido	1	
	Outros	Cedido	30	Cadeira
	datashow	Cedido	1	
	caixa amplificadora	Cedido	1	Caixa de som
	quadro magnético	Cedido	1	
Laboratório de História e Patrimônio Cultural na Amazônia ? LABHIST	mesa	Cedido	8	

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
com terminais de computadores, splits de refrigeração, mesas (postos de trabalho), mesas grandes de reuniões, cadeiras, cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e estantes de ferro.	computador	Cedido	4	
	Outros	Cedido	35	Cadeira
	Outros	Cedido	1	Arquivo de ferro
	Outros	Cedido	10	Estante de ferro
Laboratório de Inclusão com split de refrigeração, terminais de computadores, cadeiras, armário.	mesa	Cedido	5	
	computador	Cedido	5	
	Outros	Cedido	10	Cadeira
	Outros	Cedido	1	Armário
Laboratório de Informática com split de refrigeração, terminais de computadores para utilização de aulas e para uso dos alunos em situação de pesquisa	mesa	Cedido	20	
	computador	Cedido	20	
	Outros	Cedido	30	Cadeira
Laboratório de Linguagem (FALEST) com split de refrigeração, mesas, computadores e cadeiras.	mesa	Cedido	30	
	computador	Cedido	30	
	Outros	Cedido	30	Cadeira
Lanchonete (em implementação).	mesa	Cedido	1	
Sala da CPGA (3º andar do Prédio Administrativo) - com terminais de computadores, split de refrigeração, mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	mesa	Cedido	4	
	computador	Cedido	4	
	Outros	Cedido	8	Cadeira
	Outros	Cedido	3	Armário
	Outros	Cedido	1	Arquivo de ferro
	Outros	Cedido	1	Telefone
	Outros	Cedido	1	Telefone
Sala de Reuniões do Colegiado (Sala 1 do LABHIST) refrigerada, com mesa e cadeiras.	mesa	Cedido	1	
	Outros	Cedido	8	Cadeira
Sala de Videoconferência (Bloco I) com split de refrigeração, mesa e cadeiras para 60 pessoas, datashow, caixa de som e quadro magnético.	mesa	Cedido	1	
	Outros	Cedido	60	Cadeira
	datashow	Cedido	1	
	caixa amplificadora	Cedido	1	Caixa de som
	quadro magnético	Cedido	1	
Sala do Centros Acadêmicos e Associação de Discentes Quilombolas com mesas, cadeiras e armários.	mesa	Cedido	2	
	Outros	Cedido	2	Armário
	Outros	Cedido	4	Cadeira
Sala dos Técnicos em Assuntos Educacionais com estações de computadores, cadeiras e armários.	mesa	Cedido	5	
	computador	Cedido	5	
	Outros	Cedido	10	Cadeira
	Outros	Cedido	3	Armário
Salas de aula do Prédio Maria de Lima Gomes/CBRAG: amplas, refrigeradas e bem	mesa	Cedido	2	
	Outros	Cedido	80	Cadeira

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
iluminadas, com janelas de correr com mesas, cadeiras para 40 pessoas em cada sala e quadros magnéticos.	quadro magnético	Cedido	2	
	mesa	Cedido	2	
Salas de Aula na Aldeia com split de refrigeração, mesas, cadeiras para 40 pessoas em cada sala e quadros magnéticos.	Outros	Cedido	82	Cadeira
	quadro magnético	Cedido	2	
	mesa	Cedido	9	
Salas de professores: refrigerada com estações de trabalho para os professores, com mesas, armários e terminais de computadores.	computador	Cedido	7	
	Outros	Cedido	18	Cadeira
	Outros	Cedido	6	Armário
	datashow	Cedido	4	
	mesa	Cedido	5	
Secretaria Integrada (SIGRAD): funcionando com horários rotativos integralmente para atendimento dos alunos de todas as licenciaturas, incluindo Licenciatura Intercultural Indígena. Funciona no térreo do Prédio Maria de Lima Gomes, com split de refrigeração, mesas com computadores e impressora, armários verticais de madeira, telefone com ramal, centrais de ar, bebedouro, computadores para acesso imediato pelos alunos.	computador	Cedido	4	
	Impressora	Cedido	2	
	Outros	Cedido	10	Cadeira
	Outros	Cedido	4	Armário
	Outros	Cedido	1	Arquivo de ferro
	Outros	Cedido	1	Telefone
	Outros	Cedido	1	Bebedouro
	Outros	Cedido	1	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, v. 26, p. 295-310, 2017.

BANIWA, Gersem Luciano. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos, 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BENITES, Eliel. A busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais guarani e kaiowá. (Tese de Doutorado e Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

BRANDÃO, Carlos R. Perguntas, pesquisas. Para quem? Para quê? In: OLIVEIRA, M. W.; SOUZA, F. R. (org.). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 11-12.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais e dá outras

providências. Brasília, DF, 2009a.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola e mais do que escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

COHN, Sérgio (Org.). Ailton Krenak. *Série Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. (Dissertação de mestrado) Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da Alternância*. Florianópolis, SC: Insular, 2003.

FLEURY, Reinaldo Matias. *Intercultura, educação e movimentos sociais: a perspectiva de pesquisas desenvolvidas pelo núcleo mover*. In: LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. F. e ALVES, M. P. C. (Orgs.). *Cultura e política de currículo*. São Paulo: Junqueira Marin, 2006.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do Mundo*. Companhia das Letras, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A ciência do concreto*, In: *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, Papirus, [1962] 1989.

LIMA, Tânia S. *Por uma cartografia do poder e da diferença nas cosmopolíticas ameríndias*. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v. 54, p. 601-646, 2012.

LOPES, Renato Matos; SILVA FILHO, Moacelio Veranio; ALVES, Neila Guimarães (Org.). *Aprendizagem baseada em problemas: fundamentos para aplicação no ensino médio e na formação de professores*. Rio de Janeiro: Publiki, 2019. 198 p.

MITRE, S. M.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDI-DE-MENDONÇA, J. M.; MORAES-PINTO, N. M.; MEIRELLES, C. A. B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, M. A. *Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem na Formação Profissional em Saúde: debates atuais*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, Rio de Janeiro, p. 2133-2144, 2008.

OLIVEIRA, Gertrudes Silva de. *A interculturalidade. Errâncias do imaginário*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2015.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 6. ed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2000.

QUEIROZ, João Batista de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) ? Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, 2004.

SILVA, Lourdes Helena da. *As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?* Viçosa, MG: UFV, 2003.

SMITH, L. Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad.

Barbosa, Roberto G. Curitiba: Editora UFPR, 2018.